



COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ

# CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA

MAIO/2025



## SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	03
LISTA DE FIGURAS.....	04
LISTA DE TABELAS .....	05
1. IDENTIFICAÇÃO GERAL .....	06
2. POLÍTICAS PÚBLICAS .....	08
2.1. Interesse público subjacente às atividades empresariais .....	08
2.2. Atendimento às políticas públicas .....	09
2.3. Metas relativas ao desenvolvimento de atividades que atendam aos objetivos de políticas públicas .....	11
2.4. Recursos para custeio das políticas públicas .....	16
2.5. Impactos econômico-financeiros da operacionalização das políticas públicas .....	18
2.6. Comentários dos administradores sobre o desempenho .....	20
2.7. Outras informações relevantes sobre objetivos de políticas públicas .....	25
2.8. Aderência aos ODS e iniciativas de ESG .....	27
3. GOVERNANÇA CORPORATIVA .....	29
3.1. Atividades desenvolvidas .....	29
3.2. Informações societárias e governança corporativa .....	30
3.3. Estruturas de controles internos e gerenciamento de riscos .....	31
3.4. Fatores de risco .....	37
3.5. Dados econômico-financeiros e comentários sobre o desempenho .....	38
3.6. Políticas e práticas de governança corporativa .....	42
3.7. Descrição da composição e da remuneração da administração .....	44
3.8. Inovações em governança corporativa .....	47

**COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ****CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA****LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ANTAQ	Agência Nacional de Transportes Aquaviários
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
CDC	Companhia Docas do Ceará
CODCON	Coordenadoria de Controle Interno
CODPLA	Coordenadoria de Planejamento Estratégico
CONFIS	Conselho Fiscal
CONSAD	Conselho de Administração
DIAFIN	Diretoria de Administração e Finanças
DIRCOM	Diretoria Comercial
DIREXE	Diretoria Executiva
DIEGEP	Diretoria de Infraestrutura e Gestão Portuária
DIRPRE	Diretoria da Presidência
EBITDA	Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization
ESG	Environmental, Social and Governance
HVM	Honorário Variável Mensal
IDA	Índice de Desenvolvimento Ambiental
IGAP	Índice de Gestão da Autoridade Portuária
IG-SEST	Índice de Governança da Secretaria de Coordenação das Estatais
MAPA	Ministério de Agricultura e Pecuária
MPOR	Ministério dos Portos e Aeroportos
PDZ	Plano de Desenvolvimento e Zoneamento
PLR	Participação nos Lucros e Resultados
PMBOK	Project Management Body of Knowledge
RVA	Remuneração Variável Anual dos Dirigentes
RFB	Receita Federal do Brasil
RMRS	Reunião de Monitoramento de Resultados
TEU	Twenty feet Equivalent Unit (unidade equivalente a um contêiner de 20 pés)
TI	Tecnologia da Informação
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
PNT	Política Nacional de Transportes

PNL	Política Nacional de Logística
SNP	Secretaria Nacional de Portos
PPA	Plano Plurianual
TMP	Terminal Marítimo de Passageiros
CGU	Controladoria Geral da União
TCU	Tribunal de Contas da União
OCR	Optical Character Recognition (reconhecimento óptico de caracteres)
EGP	Escritório de Gerenciamento de Projetos
COAUD	Comitê de Auditoria
SEST	Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
MGI	Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

#### **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 – Correlação entre instrumentos de planejamento.....	13
Figura 2 – Mapa estratégico CDC 2024 -2028.....	14
Figura 3 – Alinhamento do Planejamento Estratégico com os ODS .....	28
Figura 4 – Cadeia de Valor da CDC.....	29
Figura 5 – Governança Corporativa .....	31
Figura 6 – Processo de Gestão de Riscos .....	33
Figura 7 – Atribuições na Gestão de Riscos.....	34
Figura 8 – Sistema de Governança da CDC.....	35

**LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Indicadores do Plano de Negócios e Metas CDC .....	15
Tabela 2 – Execução Orçamentária do OI - CDC .....	17
Tabela 3 – Relação entre investimentos e políticas públicas.....	17
Tabela 4 – Execução orçamentária do OI 2020 a 2024 .....	19
Tabela 5 – Resultados financeiros Indicadores Sustentabilidade Financeira (Planejamento Estratégico 2024 - 2028) .....	21
Tabela 6 – Indicadores Sociedade e Mercado (Planejamento Estratégico 2024-2028) .....	22
Tabela 7 – Indicadores processos (Planejamento Estratégico 2024-2028) .....	24
Tabela 8 – Indicadores aprendizado e crescimento (Planejamento Estratégico 2024-2028)	25
Tabela 9 – Resultados HVM 2024.....	25
Tabela 10 – Indicadores e metas do Planejamento Estratégico - 2025 a 2029.....	26
Tabela 11 – Controle acionário da CDC .....	30
Tabela 12 – Evolução do indicador EBITDA ajustado da CDC - 2020-2024.....	38
Tabela 13 – Demonstrações de Resultado CDC 2020 a 2024 .....	39
Tabela 14 – Comportamento das despesas 2024 x 2023.....	41
Tabela 15 – Balanço Patrimonial Resumido 2024 x 2023.....	41
Tabela 16 – Indicadores econômico-financeiros 2024 x 2023.....	42
Tabela 17 – Remuneração dos Administradores e Conselheiros Fiscais.....	45
Tabela 18 – Indicadores e metas do programa de Remuneração Variável de 2024 da CDC.	46

Em atenção ao disposto no art. 8º, incisos I e VIII, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, o Conselho de Administração subscreve a presente Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa referente ao exercício social de 2024.

## **1. IDENTIFICAÇÃO GERAL**

**CNPJ:** 07.223.670/0001-16. **NIRE:** 23300003144

**Sede:** Praça Amigos da Marinha, S/N – Mucuripe – Fortaleza/Ceará

**Tipo de estatal:** Empresa Pública

**Acionista controlador:** União

**Tipo societário:** Sociedade Anônima

**Tipo de capital:** Fechado

**Abrangência de atuação:** Estado do Ceará

**Setor de atuação:** Infraestrutura; administração e exploração comercial do Porto de Fortaleza, atuando como Autoridade Portuária.

### **Diretor Financeiro:**

Ivo Novais Dias Montenegro

Telefone: (85) 3266-8850

E-mail: [ivo.montenegro@docasdoceara.com.br](mailto:ivo.montenegro@docasdoceara.com.br)

### **Auditores Independentes atuais da empresa:**

Empresa: AUDIPLAC – Auditoria e Assessoria Contábil S/S

Representantes: José Teixeira de Souza Filho/ Rafael Miranda de Figueiredo Telefone: (85) 3261-2972/3244-7154

E-mail: [diretoria@audiplacauditoria.com.br](mailto:diretoria@audiplacauditoria.com.br)/ [auditoria@audiplacauditoria.com.br](mailto:auditoria@audiplacauditoria.com.br)

**Conselheiros de Administração subscritores da Carta Anual de Governança Corporativa:**

Fábio Lavor Teixeira

CPF: xxx.120.043-xx

Bruno Iughetti

CPF: xxx.690.518-xx

Carlos Murilo de Azevedo Pires

CPF: xxx.979.451-xx

Janira Tripodi Borja

CPF: xxx.829.705-xx

Marlos Costa de Andrade

CPF: xxx.648.983-xx

Maria Gorete Pereira

CPF: xxx.874.523-xx

Data de divulgação: Maio/2025

## 2. POLÍTICAS PÚBLICAS

Em conformidade com a Lei nº 13.303/2016, nos termos do seu art. 8º, incisos I, III e VIII, a presente carta corporativa tem por finalidade explicitar os compromissos de consecução de objetivos de políticas públicas pela estatal, em atendimento ao interesse coletivo que justificou a sua criação, com definição clara dos recursos empregados para esse fim, bem como dos impactos econômico-financeiros da consecução desses objetivos e da divulgação de informações relevantes.

A Companhia Docas do Ceará (CDC), guiada pelas diretrizes governamentais federais, prezando pela boa governança e transparência e respeitando as melhores práticas de gestão, apresenta o relato das ações executadas, metas alcançadas, resultados econômico-financeiros, entre outras informações pertinentes, que representam a melhoria da gestão da empresa em 2024.

Como avanços do período, destacam-se os resultados econômico-financeiros, que fortalecem a busca da sustentabilidade financeira da empresa, a atração de novas cargas, como a exportação de frutas como carga geral e a importação de elementos para parques eólicos e a melhoria geral da gestão da companhia.

### 2.1 Interesse público subjacente às atividades empresariais

A Companhia Docas do Ceará (CDC) tem por objeto exercer as funções de autoridade portuária, no âmbito dos portos organizados no Estado do Ceará, sob sua administração e responsabilidade, em consonância com as políticas públicas setoriais. Devido ao relevante interesse coletivo envolvido na referida atividade, é considerada, assim, uma empresa prestadora de serviços públicos.

A Companhia Docas do Ceará é uma empresa pública, revestida sob a forma de sociedade por ações, de capital fechado, vinculada ao Ministério de Portos e Aeroportos (MPOR), e tem por missão desenvolver e administrar o Porto de Fortaleza, oferecendo serviços e infraestrutura eficientes, sendo indutor do comércio e do desenvolvimento econômico, com responsabilidade socioambiental.

Abaixo, segue o histórico normativo de criação da Companhia:

- I. Em 20 de dezembro de 1933, por meio do Decreto nº 23.606, foi outorgada ao Governo do Estado do Ceará a concessão para construção, aparelhamento e exploração do Porto de Fortaleza, pelo prazo de 60 anos;*
- a) A Companhia Docas do Ceará é constituída por meio da Resolução CNPVN nº 182.1, de 25/03/1965, nos termos da Lei nº 4.213, de 14/02/1963, e do Decreto nº 54.046, de 23/07/1964, na forma de sociedade de economia mista, de capital autorizado, com a finalidade de explorar, industrial e comercialmente, os portos do Estado do Ceará;*
- b) A Lei nº 6.222, de 10 de julho de 1975, de criação da Empresa de Portos do Brasil S/A – PORTOBRÁS, empresa*

*pública que tinha por atribuição coordenar todo o sistema portuário brasileiro, transforma a Companhia Docas do Ceará em subsidiária da PORTOBRÁS, passando a ser regida pela Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976;*

- c) Com a extinção da PORTOBRÁS, em 1990, a Companhia passa a ter vínculo direto com o Ministério da Infraestrutura, pasta criada para englobar os ministérios dos Transportes e Comunicação, que, em 1995, voltaram à situação anterior, retornando a área de transportes para a esfera de competência do Ministério dos Transportes, assim como o vínculo da CDC;*
- d) Como as demais empresas estatais, a Companhia é regida pela Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e pelas demais legislações aplicáveis e, como autoridade portuária, rege-se pela Lei nº 12.815, de 05 de junho de 2013, Decreto nº 8.033, de 27 de junho de 2013;*
- e) Em 2018, a CDC teve substituída sua natureza jurídica de sociedade de economia mista para empresa pública, nos termos do art. 91 da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016.*

## **2.2 Atendimento às políticas públicas**

A Companhia Docas do Ceará (CDC) tem suas atividades empresariais focadas no setor portuário, especificamente no Porto de Fortaleza, administrando-o e exercendo o papel institucional de Autoridade Portuária, nos termos que dispõe a Lei nº 12.815/13, marco regulatório dos portos, notadamente quanto ao que dispõe o art. 17, que aduz ser a administração portuária exercida diretamente pela União, pela delegatária ou pela entidade concessionária.

Os serviços de administração portuária constituem-se em **monopólio estatal da União**, conforme previsão constitucional (art. 21, XII, “f”), sendo que há a possibilidade de a União outorgar a uma empresa governamental o exercício desse encargo, sem que se perca o atributo de prestação de serviço público.

Dessa forma, em perfeito alinhamento com o interesse público, a CDC atua no desenvolvimento de atividades que visam atender às Políticas Públicas do Setor Portuário e ao seu objeto social, em consonância com os artigos 4º e 5º do Estatuto Social da empresa, sem exclusão de outros casos atribuídos em lei à Administração do Porto Organizado, em especial a Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013, o Decreto nº 9.048, de 10 de maio de 2017 e o Decreto nº 8.033, de 27 de junho de 2013.

As competências da CDC referem-se à:

- II. Prover infraestrutura:
  - a. Fiscalizar ou executar as obras de construção, reforma, ampliação, melhoramento e conservação das instalações portuárias;
  - b. Promover a realização de obras e serviços de construção e melhoramento dos portos, de suas infraestruturas de proteção e de acesso aquaviário sob sua

- jurisdição ou responsabilidade;
- c. Promover a realização de obras e serviços necessários à proteção dos portos ou de seus acessos, sob sua jurisdição ou responsabilidade;
  - d. Promover a remoção de embarcações ou cascos de embarcações que possam prejudicar o acesso ao porto.
- III. Organizar a atividade portuária:
- a. Autorizar a entrada e saída, inclusive atracação e desatracação, o fundeio e o tráfego de embarcação na área do porto, ouvidas as demais autoridades do porto;
  - b. Autorizar a movimentação de carga das embarcações, ressalvada a competência da autoridade marítima em situações de assistência e salvamento de embarcação, ouvidas as demais autoridades do porto;
  - c. Suspender operações portuárias que prejudiquem o funcionamento do porto, ressalvados os aspectos de interesse da autoridade marítima responsável pela segurança do tráfego aquaviário;
  - d. Estabelecer o regulamento de exploração do porto, observadas as diretrizes da Secretaria Nacional de Portos, do Ministério de Portos e Aeroportos;
  - e. Assegurar o gozo das vantagens decorrentes do melhoramento e aparelhamento do porto ao comércio e à navegação;
  - f. Pré-qualificar os operadores portuários, de acordo com as normas estabelecidas pelo poder concedente.
- IV. Fiscalização da atividade portuária:
- a. Fiscalizar a operação portuária, zelando pela realização das atividades com regularidade, eficiência, segurança e respeito ao meio ambiente;
  - b. Reportar infrações e representar perante a Antaq, visando à instauração de processo administrativo e aplicação das penalidades previstas em lei, em regulamento e nos contratos;
  - c. Fiscalizar as áreas e instalações portuárias arrendadas, dentro dos limites dos portos organizados da CDC.
- V. Planejar a exploração das atividades portuárias:
- a. Elaborar, revisar e submeter à aprovação do Ministério de Portos e Aeroportos, o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento - PDZ dos portos sob sua competência ou cuja administração esteja sob sua responsabilidade;
  - b. Explorar, direta ou indiretamente, as áreas não afetas às operações portuárias, desde que as destinações estejam previstas no Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto a critério da Secretaria Nacional de Portos, do Ministério

- de Portos e Aeroportos;
- c. Elaborar o edital e realizar os procedimentos licitatórios para contratos de concessão e arrendamentos, sempre que determinado pela Secretaria Nacional de Portos, do Ministério de Portos e Aeroportos, nos termos do §5º do art. 6º da Lei nº 12.815/ 2013; e
- d. Arrecadar os valores das tarifas relativas às suas atividades.

Além disso, a CDC realiza as seguintes atribuições:

- I. Cumprir e fazer cumprir as leis, os regulamentos e os contratos de concessão;
- II. Adotar as medidas solicitadas pelas demais autoridades no porto;
- III. Prestar apoio técnico e administrativo ao Conselho de Autoridade Portuária e ao órgão de gestão de mão de obra;
- IV. Estabelecer o horário de funcionamento do porto, observadas as diretrizes do Ministério a qual se vincula, e as jornadas de trabalho no cais de uso público;
- V. Organizar a guarda portuária, em conformidade com a regulamentação expedida pelo poder concedente;
- VI. Estabelecer, se necessário, escritórios ou representações;
- VII. Decidir sobre conflitos que envolvam agentes que atuam no porto organizado, ressalvadas as competências das demais autoridades públicas;
- VIII. Exercer a coordenação das comissões locais de autoridades nos portos.

As atividades do Porto de Fortaleza são desenvolvidas alinhadas aos seus valores internos: ética, responsabilidade, transparência, integridade, sempre apresentando resultados.

### **2.3 Metas relativas ao desenvolvimento de atividades que atendam aos objetivos de políticas públicas**

Em 2024, a CDC esteve vinculada ao Ministério de Portos e Aeroportos (MPOR), conforme sua estrutura regimental aprovada pelo Decreto nº 11.979, de 08 de abril de 2024, e continuou desempenhando relevante papel para a operacionalização das políticas públicas portuárias do Ministério, principalmente para o atingimento dos objetivos definidos na Política Nacional de Transportes (PNT), no Planejamento Estratégico Institucional do Ministério Supervisor, bem como às diretrizes do Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027 (PPA 2024-2027).

As diretrizes sob as quais estão subordinadas as políticas públicas do Ministério Supervisor, no caso do Ministério de Portos e Aeroportos, no Plano Plurianual 2024-2027, estabelecido pela Lei nº

14.802/2024, são promover a inclusão econômica e social e a melhoria da qualidade de vida da população, com garantia de direitos e cidadania; promover a redução das desigualdades sociais e regionais; valorizar a diversidade cultural e regional; fortalecer a equidade de gênero, raça, etnia com respeito à orientação sexual e a garantia da inclusão de idosos e pessoas com deficiência; contribuir com as políticas de adaptação às mudanças climáticas e de mitigação de seus impactos; apoiar a transição para a economia verde, digital e criativa com fortalecimento da ciência, tecnologia e inovação; fortalecer a dimensão socioambiental nas políticas públicas; promover a transparência e a gestão participativa na elaboração e implementação do orçamento e das políticas públicas, com foco em seus beneficiários e em seus resultados; atuar em articulação com movimentos sociais e agentes públicos, privados e do terceiro setor visando mobilizar competências e recursos para ampliar a capacidade de atuação do Estado; promover a cooperação internacional para o desenvolvimento sustentável; potencializar a cooperação federativa; assegurar que os recursos públicos sejam utilizados de forma eficiente, fiscal e socialmente responsável; e, promover a gestão pública inovadora e efetiva, fomentando a transformação digital; tendo 35 objetivos estratégicos organizados em 03 (três) eixos: desenvolvimento social e garantia de direitos; desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental e climática; e, defesa da democracia e reconstrução do Estado e da soberania.

Diretrizes mais direcionadas a cada um dos subsistemas federais de transportes, dentre eles o aquaviário, estão presentes na Política Nacional de Logística, instituída pela Portaria nº 235 do então Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, de 28 de março de 2018, e, complementarmente, nos instrumentos previstos no Planejamento Integrado de Transportes, definido pela Portaria nº 123 do então Ministério da Infraestrutura, de 21 de agosto de 2020, com destaque para o Plano Nacional de Logística (PNL) que serve de referencial de planejamento para a identificação de necessidades e oportunidades do setor.

O Porto de Fortaleza figura como capacidade ofertada ao Sistema de Transportes e cuja ampliação para atendimento da demanda futura e redução de custos logísticos está prevista atualmente tanto no Plano Nacional de Logística 2035, que prevê a execução de projetos neste porto nos seus diversos cenários de análise, incluindo investimentos necessários ao aumento de capacidade de movimentação de cargas gerais containerizadas e não containerizadas, graneis líquidos, graneis sólidos agrícolas e outros graneis sólidos minerais.

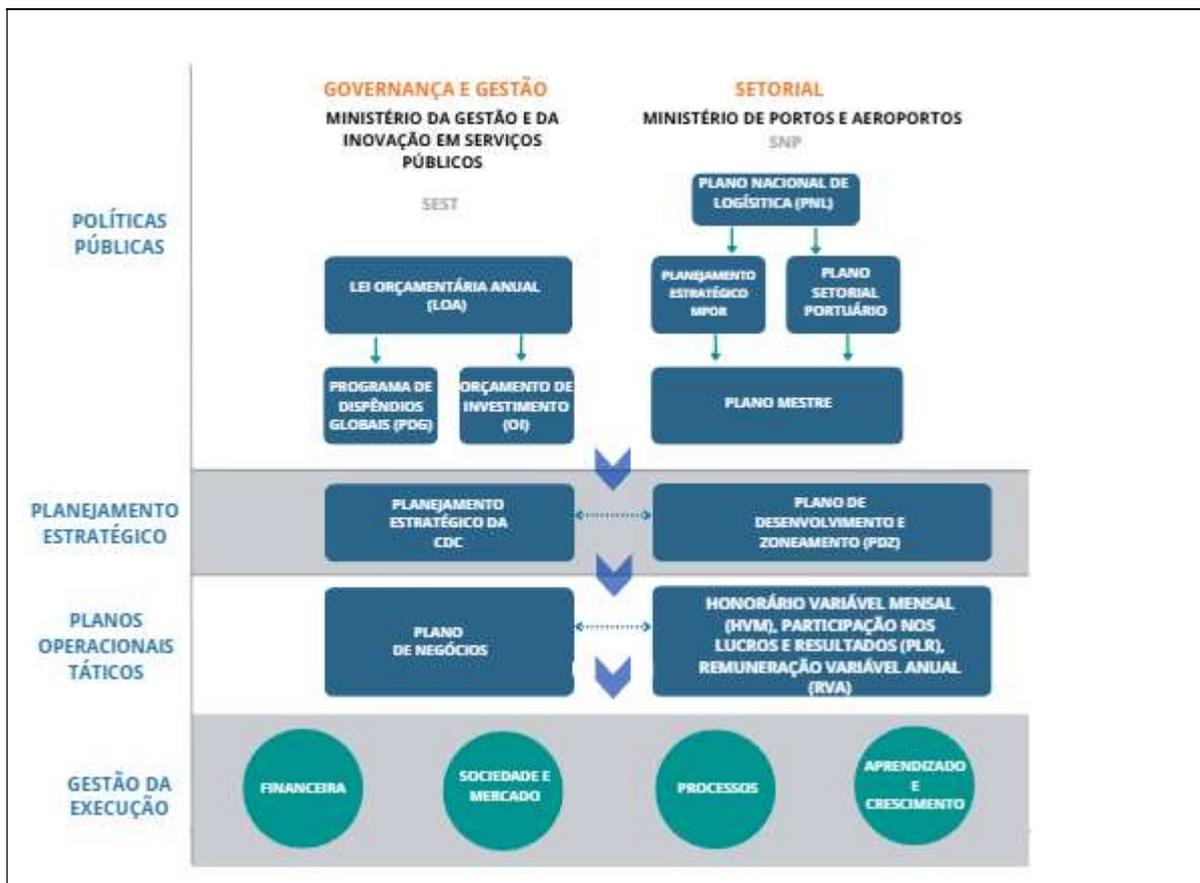
A aplicação das políticas no contexto regional é traduzida pelo Plano Mestre do Complexo Portuário de Fortaleza e Pecém que prevê, além da ampliação de capacidade, ações de aprimoramento da governança e modernização da gestão portuária; promoção da sustentabilidade ambiental; melhoria da produtividade, dos níveis de serviços e aperfeiçoamento

dos fluxos logísticos para movimentação de carga e transporte de passageiros.

Para o atingimento das diretrizes, dos objetivos, bem como execução das ações definidas nos instrumentos de planejamento e para cumprir seu papel nas políticas públicas do setor, a CDC e o Porto de Fortaleza contam com vantagens relacionadas à sua localização estratégica, tanto com relação a importantes mercados internacionais, quanto com usuários finais de serviços e bens de consumo, além de contar com infraestrutura consolidada para acesso por diversos modos de transporte. Destaca-se, ainda, a participação importante no desenvolvimento econômico e social por meio da área de influência do Porto de Fortaleza que abrange os estados do Ceará, Piauí, Maranhão, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, estendendo-se também às regiões Norte, Centro-Oeste e ao Vale do São Francisco, provendo infraestrutura para o escoamento de produtos locais e regionais.

O Planejamento Integrado, com o relacionamento entre instrumentos de planejamento que orientam as políticas desdobradas pela CDC com metas específicas para o Porto, encontra-se representado na figura a seguir:

Figura 1 - Correlação entre instrumentos de planejamento



Fonte: CODPLA - Coordenadoria de Planejamento Estratégico (2025)

À luz dessa correlação, a CDC estabeleceu seu mapa estratégico, contendo os objetivos para cumprimento da sua missão de desenvolver e administrar o Porto de Fortaleza, oferecendo serviços e infraestrutura eficientes, sendo indutor do comércio e do desenvolvimento econômico com responsabilidade socioambiental, e de forma a alcançar sua visão. A visão da CDC é, até 2028, ser reconhecida como Autoridade Portuária referência no Nordeste, pela gestão portuária eficiente e ambientalmente sustentável. A missão é desenvolver e administrar o Porto de Fortaleza, oferecendo serviços e infraestrutura eficientes, sendo indutor do comércio e do desenvolvimento econômico com responsabilidade socioambiental. A CDC tem como valores: ética, responsabilidade socioambiental, transparência e integridade.

Figura 2 - Mapa estratégico CDC 2024 -2028



Fonte: Plano Estratégico 2024-2028 (2025)

A partir dos objetivos do Mapa Estratégico da CDC, foram definidas perspectivas estratégicas com indicadores a serem monitorados, e dessa forma, por meio de um Plano de Negócios, ser capaz de avaliar as ações estruturantes fundamentais para o desempenho e a sustentabilidade da empresa.

Para 2024, foram propostos indicadores e metas para mensurar a aproximação da Companhia no atingimento de seus objetivos estratégicos, conforme apresentado a seguir:

Tabela 1 - Indicadores do Plano de Negócios e Metas CDC

PERSPECTIVA	INDICADOR	OBJETIVO ESTRATÉGICO	FÓRMULA	UN.	FREQ	META 2024	RESULTADO 2024	% META 2024
Sustentabilidade Financeira	Resultado econômico	Garantir a viabilidade econômica e autossuficiência financeira	Lucro ou prejuízo do exercício (DRE)	R\$ mil	Mensal	7,96	14,4	181%
	EBITDA	Garantir a viabilidade econômica e autossuficiência financeira	Resultado Econômico - Amortização - Depreciação - Variações Monetárias - Outros Custos	R\$ mil	Mensal	23,03	10,23	44,43%
	Receita	Garantir a viabilidade econômica e autossuficiência financeira	Receitas Industrial + Receitas Financeira + Receitas de Aluguéis + Outras receitas - Estornos	R\$ mil	Mensal	94,96	112,27	118,22%
	Plano ESG	Promover o desenvolvimento econômico da região de influência	Ações realizadas / Ações previstas	%	Trimestral	95	76,7	81%
	IDA	Realizar a atividade portuária de forma ambientalmente sustentável	Índice geral do IDA	%	Anual	88,73	- *	-
Sociedade e Mercado	Plano de Comunicação	Promover a comunicação institucional transparente, ampla e eficaz	Ações realizadas / Ações previstas	%	Trimestral	95	93,9	98,8%
	Satisfação dos usuários e stakeholders	Obter excelência no relacionamento com as partes interessadas	Nível de satisfação dos clientes do porto	%	Anual	80	84,21	105,26%
	Áreas Exploradas	Potencializar o uso dos ativos do Porto por meio de novas alternativas de negócio	Áreas arrendadas ou cedidas / Áreas total disponível para cessão ou arrendamento do PDZ X 100	%	Trimestral	52,8	38,7	73,3%
	Movimentação de cargas	Potencializar o uso dos ativos do Porto por meio de novas alternativas de negócio	Total de carga movimentada no período	Mil ton.	Mensal	4.782	4.829	101%
Processos	IG SEST	Aprimorar e padronizar os processos e os instrumentos de governança, controle e integridade	Índice geral do IG-SEST	Un.	Anual	8,55	- **	-
	Ações de Integridade	Aprimorar e padronizar os processos e os instrumentos de governança, controle e integridade	Ações realizadas / Ações previstas	%	Trimestral	88,5	88	99%
	Plano de Segurança	Ser eficiente na gestão da	Ações realizadas / Ações previstas	%	Trimestral	90	33,3	37%

		segurança portuária							
	<b>Execução Orçamentária (investimento)</b>	Potencializar a produtividade operacional e modernizar a infraestrutura portuária	Execução do orçamento de investimento no período / Orçamento investimento aprovado no ano x 100	%	Mensal	35	21,6	62%	
	<b>Plano de ações de TI</b>	Promover a gestão dos processos e ativos de TIC	Ações realizadas / Ações previstas	%	Trimestral	90	40	44%	
	<b>Prancha média</b>	Potencializar a produtividade operacional e modernizar a infraestrutura portuária	Qtde de carga movimentada pelos navios / nº horas atracados	Granel sólido cereal	ton/h	Mensal	340	426	125%
Contêiner				ton/h	Mensal	15	21	140%	
Granel sólido mineral				ton/h	Mensal	235	245	104%	
Granel líquido				ton/h	Mensal	35	62	177%	
<b>Facilitadores</b>	<b>Plano de capacitação</b>	Desenvolver e reconhecer competências internas	Horas de capacitação / N. de empregados	h/empregado	Mensal	50	75,3	151%	
	<b>Plano de Qualidade de Vida no Trabalho</b>	Fomentar a cultura orientada para a satisfação dos colaboradores	Ações realizadas / Ações previstas	%	Trimestral	90	100	111%	

\*O valor do IDA de 2024 ainda não foi divulgado.

\*\* Não ocorreu ciclo de avaliação do indicador.

Fonte: Planejamento Estratégico - 2024-2028 (2025)

A CDC também acompanha o cumprimento das metas de gestão constantes em Honorário Variável Mensal (HVM). As iniciativas são propostas pela Secretaria Nacional de Portos - SNP e pelo Conselho de Administração, e representam um mecanismo de mensuração e cumprimento de políticas públicas nos temas de Planejamento e Desenvolvimento Portuário, Gestão Logística e de Operações, Gestão Patrimonial, Sustentabilidade Econômica-Financeira, Gestão Administrativa e de Pessoas, Sustentabilidade Ambiental e Integração com a Comunidade.

## 2.4 Recursos para custeio das políticas públicas

As atividades desenvolvidas pela Companhia Docas do Ceará (CDC) são custeadas com recursos próprios, advindos das receitas tarifárias arrecadadas em decorrência da movimentação de carga, receita patrimonial, oriunda dos arrendamentos, concessões e explorações de áreas e, ainda, receitas de aplicações financeiras.

Para a execução de investimentos na infraestrutura e superestrutura portuária (projetos específicos, obras), a CDC pode contar também com a participação da União, por meio de recursos repassados

pelo Tesouro Nacional, mediante lei específica e contabilizados como créditos para aumento futuro de capital. Segue a Tabela 2 com a execução de investimentos realizados em 2024, ressaltando que recursos anteriormente repassados pela União serão aplicados em 2025.

Tabela 2 – Execução Orçamentária do OI - CDC

<b>EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO</b>			
<b>RUBRICAS</b>	<b>VALORES EXECUTADOS (R\$)</b>		
	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>VARIÇÃO% 2024/2023</b>
<b>INVESTIMENTOS TOTAIS</b>	<b>4.953.583</b>	<b>5.928.692</b>	<b>19,68%</b>
<b>RECURSOS PRÓPRIOS</b>	<b>3.641.139</b>	<b>5.928.692</b>	<b>62,83%</b>
Manutenção e Adequação de Bens Imóveis	196.295	493.172	151%
Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos	131.169	264.092	101%
Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento	748.405	106.162	-86%
Estudos para o Desenvolvimento do Setor Portuário	0	320.854	100%
Estudos e Projetos para Infraestrutura Portuária	805.000	971.332	21%
Adequação de Instalações de Acostagem, de Movimentação e Armazenagem de Cargas	1.240.207	749.007	-40%
Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos no Porto de Fortaleza (CE)	41.025	1.605.491	3.813%
Adequação de Instalações de Proteção à Atracação e Operação de Navios, no Porto de Fortaleza (CE)	435.362	1.418.582	226%
Melhoria da Infraestrutura e da Operação Portuária	43.676	0	-100%
<b>RECURSOS DA UNIÃO</b>	<b>1.312.444</b>	<b>0</b>	<b>-100%</b>
Adequação de Instalações de Proteção à Atracação e Operação de Navios, no Porto de Fortaleza (CE)	702.644	0	-100%
Implantação de Sistema Portuário de Monitoramento de Cargas e da Cadeia Logística	609.800	0	-100%

Fonte: CODPLA - Coordenadoria de Planejamento Estratégico (2025)

Os investimentos realizados pela CDC estão alinhados aos objetivos definidos na Política Nacional de Transportes (PNT), ao Planejamento Estratégico Institucional do Ministério Supervisor, bem como às diretrizes do Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027 (PPA 2024-2027) e às diretrizes do Plano Nacional de Logística (PNL), assim como aos objetivos sinalizados no Plano Mestre do Complexo Portuário de Fortaleza e Pecém, conforme tabela abaixo:

Tabela 3 - Relação entre investimentos e políticas públicas

<b>Ação / Projeto</b>	<b>Investimento em 2024 (R\$)</b>	<b>Dimensão do Planejamento Estratégico (2024-2028)</b>	<b>Política Pública Relacionada</b>	<b>Diretriz / Objetivo da Política Pública Relacionada</b>
<b>Recuperação da Estrutura do Píer Petroleiro</b>	139.804	Processos / Mercado e Sociedade	PNT	Realizar a manutenção da infraestrutura e das instalações dos portos organizados para atender à demanda de carga

<b>Câmeras do CFTV</b>	132.805	Processos	PPA	Promover a eficiência, a qualidade e a segurança do sistema de transporte aquaviário, aumentando a sua disponibilidade e competitividade
<b>Construção do Novo Gate</b>	192.956	Processos	PNT	Otimizar a inteligência logística na gestão de acesso aos portos
<b>Projeto Estrutural do Cais Comercial</b>	805.000	Processos	PNT	Realizar a manutenção da infraestrutura e das instalações dos portos organizados para atender à demanda de carga
<b>Novo Elevador da sede Administrativa</b>	300.217	Processos	PNT	Gestão Portuária para aprimoramento das atividades e processos da Administração do Porto
<b>Estudos e projetos</b>	971.332	Processos	PNT	Realizar a manutenção da infraestrutura e das instalações dos portos organizados para atender à demanda de carga. Revitalizar áreas portuárias, fortalecendo a interação entre porto e cidade
<b>Aparelhos condicionadores de ar</b>	136.883	Processos	PNT	Gestão Portuária para aprimoramento das atividades e processos da Administração do Porto
<b>Aquisição de Computadores e Hardwares</b>	106.162	Processos	PNT	Gestão Portuária para aprimoramento das atividades e processos da Administração do Porto
<b>Defensas portuárias</b>	1.416.582	Processos	Plano Mestre	Investimentos Portuários em infraestrutura para incremento da capacidade e atendimento da movimentação esperada de granéis vegetais e granéis líquidos.
			PNT	Melhorar a produtividade do sistema portuário na movimentação de cargas
			PNT	Adequar os acessos aquaviários e as instalações de atracação à demanda de navios
			PNT	Realizar a manutenção da infraestrutura e das instalações dos portos organizados para atender à demanda de carga
<b>Sinalização náutica</b>	12.000	Processos	Plano Mestre	Acessos ao Porto eficiente e melhoria da relação Porto-cidade para garantir o pleno escoamento de cargas e mitigar conflitos decorrentes do contexto urbano.
		Processos	PNT	Adequar os acessos aquaviários e as instalações de atracação à demanda de navios
<b>Plano de Descarbonização</b>	320.854	Processos	PPA	Contribuir com as políticas de adaptação às mudanças climáticas e de mitigação de seus impactos.
<b>Restauração do Acesso ao TMP</b>	1.259.440	Processos	PNT	Revitalizar áreas portuárias, fortalecendo a interação entre porto e cidade
<b>Adequação da Câmera Firgorífica</b>	609.204	Processos	PNT	Realizar a manutenção da infraestrutura e das instalações dos portos organizados para atender à demanda de carga

Fonte: CODPLA - Coordenadoria de Planejamento Estratégico (2025)

## 2.5 Impactos econômico-financeiros da operacionalização das políticas públicas

Em 2024, os recursos investidos do Orçamento de Investimento no Porto de Fortaleza totalizaram R\$ 5.928.692, que, em sua totalidade, tiveram origem orçamentária própria (recursos próprios). Na

tabela que segue, o detalhamento dos investimentos dos últimos 05 anos:

Tabela 4 - Execução orçamentária do OI 2020 a 2024

FONTE DE INVESTIMENTO	VALORES EXECUTADOS (R\$)					% EXECUÇÃO 2024	% VARIÇÃO 24/23
	2020	2021	2022	2023	2024		
<b>TOTAL INVESTIDO</b>	84.529	1.184.238	6.869.150	4.953.583	5.928.692	21,6%	19,7%
<b>RECURSOS PRÓPRIOS</b>	69.950	444.183	2.435.196	3.641.139	5.928.692	21,6%	62,8%
<b>RECURSOS DA UNIÃO NO EXERCÍCIO</b>	0	0	0	0	0	-	-
<b>RECURSOS DA UNIÃO- SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	14.579	740.055	4.433.954	1.312.444	0	0	-100%

Fonte: CODPLA - Coordenadoria de Planejamento Estratégico (2025)

Os investimentos realizados no Porto de Fortaleza viabilizam melhorias na operação portuária, promovendo a eficiência, a qualidade e a segurança do porto, aumentando a sua disponibilidade e competitividade operacional, além de otimizar a inteligência logística na gestão de acesso ao porto.

A capacidade de movimentação portuária e armazenagem de combustíveis no estado reduz as distâncias e os custos de distribuição pelos modos rodoviário e dutoviário, contendo a alta de preços de combustíveis. A movimentação de granéis líquidos representou 51,7% da movimentação total de 2024. Os principais produtos desse grupo movimentados no Porto foram gasolina, óleo diesel, petróleo bruto e gás liquefeito de petróleo, que ainda conta com a participação, em menor volume, de querosene de aviação, óleo de palma, etanol, óleo combustível, asfalto e a exportação de óleos lubrificantes e alcatrão/BTX.

Em relação à movimentação de marcadorias, no exercício de 2024, o Porto de Fortaleza movimentou um total de 4,83 milhões de toneladas, resultando em um acréscimo de 9,13%, em relação ao montante movimentado no ano anterior (ANTAQ). Quanto à exploração de áreas disponíveis, ao final de 2024, a Companhia Docas do Ceará (CDC) apresentou um percentual de 38,7% de suas áreas exploradas.

No ano de 2024, foi assinado o contrato de arrendamento com a empresa TERMAP Fortaleza S.A., que, em 2023, por meio do Grupo ABA Infraestrutura e Logística, venceu o leilão de arrendamento do Terminal Marítimo de Passageiros (TMP). O Grupo ABA, que já administra terminais de passageiros em Santos, Rio de Janeiro e Salvador, assumiu a gestão do Terminal Marítimo de Passageiros (TMP), por 25 anos. A empresa planeja ampliar as linhas de navios de passageiros e diversificar o uso do espaço, gerando novos negócios e empregos, fatores essenciais para o desenvolvimento do setor portuário e do turismo no Ceará. Em 2024, a CDC licitou e iniciou, com recursos próprios, a obra de duplicação e requalificação do acesso ao TMP, obra que garantirá melhores condições de recepção de turistas e oferecerá segurança e conforto a todos que

frequentarem o terminal.

O fortalecimento das relações institucionais com o mercado e parceiros comerciais garantiu a manutenção dos contratos de arrendamento e cessões de uso já existentes na CDC, resultando em um aumento de 29% na receita patrimonial no ano de 2024, em comparação ao ano anterior, perfazendo um montante de R\$ 18.205.240,26 (dezoito milhões, duzentos e cinco mil, duzentos e quarenta reais e vinte e seis centavos), gerados através da exploração das áreas do Porto de Fortaleza.

## 2.6 Comentários dos administradores sobre o desempenho

Os resultados alcançados pela Companhia Docas do Ceará em 2024 indicam comprometimento da empresa na continuidade da sustentabilidade financeira do negócio, registrando resultados econômico-financeiros positivos no exercício e com aumento dos investimentos realizados, com fonte de recursos de geração própria.

A Companhia aproximou-se mais do mercado e da sociedade, tanto no âmbito da prospecção de parceiros e novos clientes, quanto na busca da satisfação dos atuais usuários e transparência com a sociedade, resultando na celebração de contratos de cessão de uso e estruturação de novos projetos de arrendamento de suas áreas.

Importantes avanços também foram registrados na governança e na gestão da companhia. Em 2024, a CDC buscou o aprimoramento de sua governança, tendo adotado medidas como a revisão da Política de Gestão de Integridade, campanhas nas áreas de ética, integridade e transparência, dentre outras.

Em relação à transparência pública ativa, ao final do ano de 2024, a CDC, tendo cumprido todos os requisitos de transparência ativa avaliados pela Controladoria-Geral da União - CGU em seu site, permaneceu no primeiro lugar no *ranking* da citada instituição, o que evidencia os esforços da empresa para disponibilizar informações à sociedade, fortalecendo o controle social.

Uma avaliação mais detalhada dos resultados, considerando as perspectivas estipuladas nos instrumentos de Planejamento da CDC, encontra-se apresentada a seguir.

A melhoria da sustentabilidade financeira do negócio fez-se refletida nos indicadores da perspectiva financeira, que apresentaram, em 2024, bom desempenho, em relação às metas estabelecidas no Planejamento Estratégico da CDC. Tanto o resultado do indicador Resultado Econômico, quanto o resultado de receita de 2024 foram acima das metas estipuladas no

Planejamento Estratégico da CDC 2024-2028. O valor positivo do EBITDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) atesta a capacidade operacional da CDC de gerar receitas para honrar seus compromissos, comprovando a boa saúde financeira da empresa, ao longo do exercício de 2024.

O resultado do IDA de 2023 foi 88,69, maior valor já registrado desse indicador, bem superior ao resultado de 2022, que foi 83,04. À medida que os níveis de atendimento aumentam, o índice de desempenho ambiental vai aumentando também. Até o fechamento deste relatório, o Desempenho Ambiental (IDA) para o Porto de Fortaleza no ano de 2024 ainda não havia sido divulgado, pela ANTAQ.

Tabela 5 – Resultados financeiros – Indicadores Sustentabilidade Financeira (Planejamento Estratégico 2024-2028)

INDICADOR	OBJETIVO ESTRATÉGICO	FÓRMULA	UN.	RESULT.	META	RESULT.	% META
				2023	2024	2024	2024
<b>Resultado econômico</b>	Garantir a viabilidade econômica e autossuficiência financeira	Lucro ou prejuízo do exercício (DRE)	R\$ mil	37.614	7.960	14.398	↑ 181%
<b>EBITDA</b>	Garantir a viabilidade econômica e autossuficiência financeira	Resultado Econômico - Amortização - Depreciação - Variações Monetárias - Outros Custos	R\$ mil	25.558	23.030	10.233	↓ 44,43%
<b>Receita</b>	Garantir a viabilidade econômica e autossuficiência financeira	Receitas Industrial + Receitas Financeira + Receitas de Aluguéis + Outras receitas - Estornos	R\$ mil	126.688	94.960	112.268	↑ 118,22%
<b>Plano ESG</b>	Promover o desenvolvimento econômico da região de influência	Ações realizadas / Ações previstas	%	- *	95	76,7	↓ 81%
<b>IDA **</b>	Realizar a atividade portuária de forma ambientalmente sustentável	Índice geral do IDA	%	88,69	88,73	-	-

\* Este indicador foi definido a partir de 2024, não existindo resultado auferido em 2023.

\*\* O valor do IDA de 2024 ainda não foi divulgado.

Fonte: CODPLA - Coordenadoria de Planejamento Estratégico (2025)

Buscando aprimorar a relação da Companhia com sociedade e mercado em 2024, a CDC deu continuidade à aplicação de pesquisa de satisfação, estruturada no ano anterior, que foi novamente aplicada, de forma personalizada, junto aos Operadores Portuários e Agentes Marítimos, aos Órgãos Intervenientes e aos Arrendatários. O resultado indicou uma evolução no coeficiente de satisfação geral de 82,76%, obtido em 2023, para 84,21%, obtido em 2024, superando em 5% a meta estabelecida para o ano citado. A utilização do resultado detalhado da pesquisa do ano anterior para priorização de ações das diretorias pode ter influenciado a evolução e deve ter continuidade nos próximos exercícios. Em relação ao indicador referente ao plano de

comunicação, em 2024, a CDC alcançou um média de 55 publicações mensais realizadas em vários canais de comunicação, por exemplo: site da CDC, *instagram*, *Facebook*, *LinkedIn* e X (antigo twitter), tendo obtido um resultado de 93,9% de atendimento do citado plano, no último exercício.

Conforme anteriormente informado, em 2024, a CDC alcançou um percentual de 38,7% de suas áreas disponíveis exploradas por arrendamento ou cessão de uso, tendo como destaque a celebração de contrato de cessão onerosa com a empresa *Global Ship*, os contratos de cessão de uso não onerosa com o Órgão de Gestão de Mão de Obra do Trabalho Portuário do Porto Organizado de Fortaleza (OGMO) e com o município de Camocim, envolvendo o uso do Terminal Pesqueiro de Camocim.

Cabe destacar também que, além das áreas arrendadas e cedidas, todas as áreas operacionais localizadas na área alfandegada do Porto de Fortaleza encontram-se em pleno uso, seja por meio de arrendamentos privados ou sob gestão direta, com o uso das áreas públicas (armazéns e pátios), através dos operadores portuários pré-qualificados. Dessa forma, a ocupação dessas áreas é contínua, evidenciando tanto a elevada demanda por espaços destinados às operações portuárias quanto a alta eficiência na utilização do espaço alfandegado para as atividades operacionais.

A Companhia também apresentou evolução de sua movimentação de cargas, totalizando, em 2024, 4,83 milhões de toneladas movimentadas, resultando em um acréscimo de 9,13% em relação ao montante movimentado no ano anterior (ANTAQ), bem como em um resultado 1% acima da meta de 2024. O principal responsável por esse acréscimo foi o aumento da movimentação de granéis líquidos (10,2%), influenciado pelo crescimento na movimentação de derivados de petróleo (principalmente óleo diesel e gasolina), bem como o retorno significativo da movimentação CAP (concreto asfáltico de petróleo). As movimentações de granéis sólidos agrícolas (9,7%) e de carga containerizada (16,5%) também apresentaram crescimento no ano.

Tabela 6 – Indicadores Sociedade e Mercado (Planejamento Estratégico 2024-2028)

INDICADOR	OBJETIVO ESTRATÉGICO	FÓRMULA	UN.	RESULT.	META	RESULT.	% META
				2023	2024	2024	2024
<b>Plano de Comunicação</b>	Promover a comunicação institucional transparente, ampla e eficaz	Ações realizadas / Ações previstas	%	- *	95	93,9	↓ 98,8%
<b>Satisfação dos usuários e stakeholders</b>	Obter excelência no relacionamento com as partes interessadas	Nível de satisfação dos clientes do porto	%	82,76	80	84,21	↑ 105,26%
<b>Áreas Exploradas</b>	Potencializar o uso dos ativos do Porto por meio de novas alternativas de negócio	Áreas arrendadas ou cedidas / Áreas total disponível para cessão ou arrendamento do PDZ X 100	%	36,82	52,8	38,7	↓ 73,3%

<b>Movimentação de cargas</b>	Potencializar o uso dos ativos do Porto por meio de novas alternativas de negócio	Total de carga movimentada no período	Mil ton.	4.541	4.782	4.829	↑ 101%
-------------------------------	---	---------------------------------------	----------	-------	-------	-------	--------

\* Este indicador foi definido a partir de 2024, não existindo resultado auferido em 2023.

Fonte: CODPLA - Coordenadoria de Planejamento Estratégico (2025)

Em 2024, a CDC buscou o aprimoramento de sua governança, tendo adotado medidas, como a revisão da Política de Gestão de Integridade, campanhas nas áreas de ética, integridade e transparência, dentre outras. Não houve avaliação do Indicador de Governança da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (IG-SEST) em 2023, nem em 2024, avaliação esta esperada para o exercício de 2025, o que prejudicou a análise da meta do indicador, também no exercício em análise. Em relação ao indicador sobre ações de integridade, de 26 ações previstas no Programa de Integridade da CDC 2024, 23 ações foram concluídas, representando a execução de 88% das ações previstas no citado programa, as quais se referem principalmente a campanhas de divulgação de ouvidoria, de conduta ética, de integridade, de acesso à informação; revisões de regulamentos, de riscos e de políticas; treinamentos; e, elaboração de relatórios correicionais e de integridade, entre outros. O plano de segurança apresentou um resultado de 33,3% de atendimento no último exercício.

Apesar de o resultado do indicador de execução orçamentária ter ficado abaixo da meta estabelecida, a Companhia Docas do Ceará encerrou o exercício de 2024 com uma execução de R\$ 5.928.692,00, o que representa 21,62% do total autorizado de R\$ 27.426.315,00 para o período, correspondendo um crescimento de 19,7%, em relação ao exercício de 2023 (conforme demonstrado na tabela 2).

Desde 2023, a Companhia conta com o Escritório de Gerenciamento de Projetos (EGP), instituído com a finalidade de oferecer suporte técnico ao planejamento e à gestão dos projetos estratégicos. O EGP adota as boas práticas consolidadas pelo PMBOK (*Project Management Body of Knowledge*) e realiza o acompanhamento contínuo e sistemático dos projetos, com reuniões semanais de monitoramento, o que tem contribuído para a melhoria da governança e para o fortalecimento da cultura de gestão por resultados na organização. O plano de ações de TI apresentou um resultado de 44% de atendimento no último exercício.

Com relação à eficiência operacional, os resultados dos indicadores de prancha média líquida para granel sólido cereal, contêiner, granel sólido mineral e granel líquido ficaram acima das respectivas metas estabelecidas para 2024, bem como foram superiores aos valores alcançados no mesmo período de 2023, o que representa melhoria na produtividade.

Tabela 7 – Indicadores Processos (Planejamento Estratégico 2024-2028)

INDICADOR	OBJETIVO ESTRATÉGICO	FÓRMULA	UN.	RESULT.	META	RESULT.	% META	
				2023	2024	2024	2024	
<b>IG-SEST</b>	Aprimorar e padronizar os processos e os instrumentos de governança, controle e integridade	Índice geral do IG-SEST	Un.	- *	8,55	- *	-	
<b>Ações de Integridade</b>	Aprimorar e padronizar os processos e os instrumentos de governança, controle e integridade	Ações realizadas / Ações previstas	%	-**	88,5	88	↓ 99%	
<b>Plano de Segurança</b>	Ser eficiente na gestão da segurança portuária	Ações realizadas / Ações previstas	%	-**	90	33,3	↓ 37%	
<b>Execução Orçamentária (Investimento)</b>	Potencializar a produtividade operacional e modernizar a infraestrutura portuária	Execução do orçamento de investimento no período / Orçamento investimento aprovado no ano x 100	%	17,6	35	21,6	↓ 62%	
<b>Plano de ações de TI</b>	Promover a gestão dos processos e ativos de TIC	Ações realizadas / Ações previstas	%	-**	90	40	↓ 44%	
<b>Prancha média</b>	Potencializar a produtividade operacional e modernizar a infraestrutura portuária	Qtde de carga movimentada pelos navios / nº horas atracados	Granel sólido cereal	ton/h	389	340	426	↑ 125%
			Contêiner	ton/h	14,37	15	21	↑ 140%
			Granel sólido mineral	ton/h	225	235	245	↑ 104%
			Granel líquido	ton/h	36	35	62	↑ 177%

\* Não ocorreram avaliações do indicador em 2023 nem 2024.

\*\* Este indicador foi definido a partir de 2024, não existindo resultado auferido em 2023.

Fonte: CODPLA - Coordenadoria de Planejamento Estratégico (2025)

Buscando promover o aprendizado e o crescimento dos colaboradores, com os treinamentos promovidos ao longo do ano de 2024, a CDC atingiu um resultado médio de 75,3 horas treinadas por empregado, representando um aumento de 216%, em relação a 2023, bem como um resultado 51% acima da meta estabelecida para o citado indicador. Destaca-se como propulsor para esse resultado, a realização do Programa de Desenvolvimento de Líderes – PDL, com carga horária de 78 horas por participante. A maioria das capacitações realizadas, previstas no Programa de Treinamento, foi relacionada à gestão pública, à ética e à integridade, bem como a cursos específicos para as comissões.

Em relação ao indicador referente ao Plano de Qualidade de Vida no Trabalho, a sua meta foi atendida considerando que todas as ações previstas no citado plano foram realizadas no período

em análise, destacando ações referentes às campanhas voltadas para as necessidades dos colaboradores, divulgação informativa e fornecimento de apoio para o aprimoramento e equilíbrio dos fatores biopsicossociais.

Tabela 8 – Indicadores Aprendizado e Crescimento(Planejamento Estratégico 2024-2028)

INDICADOR	OBJETIVO ESTRATÉGICO	FÓRMULA	UN.	RESULT.	META	RESULT.	% META
				2023	2024	2024	2024
<b>Plano de capacitação</b>	Desenvolver e reconhecer competências internas	Horas de capacitação / N. de empregados	h/empregado	23,8	50	75,3	↑ 151%
<b>Plano de Qualidade de Vida no Trabalho</b>	Fomentar a cultura orientada para a satisfação dos colaboradores	Ações realizadas / Ações previstas	%	-*	90	100	↑ 111%

\* Este indicador foi definido a partir de 2024, não existindo resultado auferido em 2023.

Fonte: CODPLA - Coordenadoria de Planejamento Estratégico (2025)

Com o objetivo de atender às diretrizes das políticas públicas, as metas estabelecidas para o Honorário Variável Mensal (HVM) da Diretoria visam estimular o alcance de resultados estratégicos relevantes para a Companhia. No exercício de 2024, a CDC alcançou desempenhos expressivos, atingindo os percentuais de 100%, 100%, 97,6% e 100% no 1º, 2º, 3º e 4º trimestres, respectivamente, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 9 – Resultados HVM 2024

	METAS DE GESTÃO HVM 2024			
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
<b>Planejamento e Desenvolvimento Portuário</b>	42%	15%	15%	10%
<b>Gestão Logística e de Operações</b>	-	-	47,6%	50%
<b>Gestão Patrimonial</b>	34%	29%	29%	38%
<b>Sustentabilidade Econômica-Financeira e Governança</b>	4%	6%	6%	2%
<b>Gestão Administrativa e de Pessoas</b>	20%	50%	-	-
<b>Sustentabilidade Ambiental e Integração com a Comunidade</b>	-	-	-	-
<b>Total</b>	100%	100%	97,6%	100%

Fonte: CODPLA - Coordenadoria de Planejamento Estratégico (2025)

## 2.7 Outras informações relevantes sobre objetivos de políticas públicas

Considerando as diretrizes de políticas públicas e as especificações do art. 23 da Lei nº 13.303/2016, o Conselho de Administração aprovou, por meio da Deliberação CONSAD-CDC nº 65, de 12 de dezembro de 2024, a atualização da estratégia de longo prazo da Companhia, sintetizada

no Planejamento Estratégico 2025-2029, bem como o Plano de Negócios, com ações previstas para 2025. Ambos os documentos encontram-se publicados no site da CDC e podem ser acessados através do endereço <http://www.docasdoceara.com.br/acoes-e-programas>.

As principais alterações promovidas na estratégia foram decorrentes de uma aproximação com os diversos atores que se relacionam ou são impactados pelas atividades da CDC, através de abordagem que objetivou potencializar e integrar as ações da Companhia nas temáticas ambiental, social e de governança, sintetizadas na sigla ESG (*Environmental, Social and Governance*).

Considerando as tendências de mercado de incorporação de elementos ESG na estratégia, e a partir de consulta realizada junto a colaboradores, membros de conselhos, clientes, comunidade portuária, exploradoras de áreas, órgãos federais, agentes de desenvolvimento econômico e setorial, fornecedores e representantes da comunidade, a Companhia definiu seus temas materiais prioritários, e atualizou as perspectivas, os objetivos, os indicadores e as metas de seu planejamento estratégico para os próximos exercícios, conforme sintetizado no quadro a seguir:

Tabela 10 – Indicadores e metas do Planejamento Estratégico - 2025 a 2029

PERSPECTIVA	OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR	FÓRMULA	UN.	META 2025
<b>Resultados</b>	Garantir a viabilidade econômica e autossuficiência financeira	<b>Resultado econômico</b>	Lucro ou prejuízo do exercício (DRE)	R\$ mil	7.861
	Garantir a viabilidade econômica e autossuficiência financeira	<b>EBITDA</b>	Resultado Econômico - Amortização - Depreciação - Variações Monetárias - Outros Custos	R\$ mil	15.579
	Garantir a viabilidade econômica e autossuficiência financeira	<b>Receita</b>	Receita Industrial Líquida + Receitas Financeiras + Receitas de Aluguéis + Outras receitas - Estornos	R\$ mil	126.416
	Promover o desenvolvimento econômico da região de influência	<b>Plano ESG</b>	Ações realizadas / Ações previstas	%	80
	Realizar atividade portuária de forma ambientalmente sustentável	<b>IDA</b>	Índice geral do IDA	%	90,47
<b>Sociedade e Mercado</b>	Promover a comunicação institucional transparente, ampla e eficaz	<b>Plano de Comunicação</b>	Ações realizadas / Ações previstas	%	90
	Obter excelência no relacionamento com as partes interessadas	<b>Satisfação dos usuários e Stakeholders</b>	Nível de satisfação dos clientes do porto	%	84,42
	Potencializar o uso dos ativos do Porto por meio de novas alternativas de negócio	<b>Áreas exploradas</b>	Áreas arrendadas ou cedidas / Áreas total disponível para cessão ou arrendamento do PDZ X 100	%	51,2

PERSPECTIVA	OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR	FÓRMULA	UN.	META 2025	
	Potencializar o uso dos ativos do Porto por meio de novas alternativas de negócio	<b>Movimentação de cargas</b>	Total de carga movimentada no período	Mil ton.	5.094	
<b>Processos</b>	Aprimorar e padronizar os processos e os instrumentos de governança, controle e integridade	<b>IG-SEST</b>	Índice geral do IG-SEST	Un.	8,90	
	Aprimorar e padronizar os processos e os instrumentos de governança, controle e integridade	<b>IGAP</b>	Índice geral do IGAP	Un.	7,2	
	Aprimorar e padronizar os processos e os instrumentos de governança, controle e integridade	<b>Ações de Integridade</b>	Ações realizadas / Ações previstas	%	90	
	Ser eficiente na gestão da segurança portuária	<b>Plano de Segurança</b>	Ações realizadas / Ações previstas	%	80	
	Potencializar a produtividade operacional e modernizar a infraestrutura	<b>Prancha média (líquida)</b>	Qtde de carga movimentada pelos navios / nº horas atracados	Granel sólido cereal	ton/h	340
				Contêiner	ton/h	18
				Granel sólido mineral	ton/h	235
				Granel líquido	ton/h	35
Potencializar a produtividade operacional e modernizar a infraestrutura	<b>Execução Orçamentária</b>	Execução do orçamento de investimento no período / Orçamento investimento aprovado no ano x 100	%	30		
Promover a gestão dos processos e ativos de TIC	<b>Plano de ações de TI</b>	Ações realizadas / Ações previstas	%	80		
<b>Aprendizado e Crescimento</b>	Desenvolver e reconhecer competências internas	<b>Plano de Capacitação</b>	Horas de capacitação / N. de empregados	h/empregado	20	
	Fomentar a cultura orientada para a satisfação dos colaboradores	<b>Plano de Qualidade de Vida no Trabalho</b>	Ações realizadas / Ações previstas	%	80	

Fonte: CODPLA - Coordenadoria de Planejamento Estratégico (2025)

## 2.8 Aderência aos ODS e iniciativas de ESG

A estratégia da empresa foi construída de forma alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs), proposto pela Agenda 2030 da ONU. A materialidade pode ser evidenciada no relacionamento dos ODSs com os objetivos estratégicos e com as ações da empresa. As práticas da CDC descritas neste relatório contribuem para o alcance de 13 dos 17 ODSs, conforme esquematização ilustrada a seguir:

Figura 3 – Alinhamento do Planejamento Estratégico com os ODS

PERSPECTIVAS	OBJ. ESTRATÉGICO	ALINHAMENTO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS COM OS ODS
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO CDC - 2024	<b>FINANCEIRO</b> GARANTIR A VIABILIDADE ECONÔMICA E AUTOSUFICIÊNCIA FINANCEIRA PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DA REGIÃO DE INFLUÊNCIA REALIZAR A ATIVIDADE PORTUÁRIA DE FORMA AMBIENTALMENTE SUSTENTÁVEL	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Saúde financeira assegura diversidade modal, tarifas competitivas e redução dos custos de frete para a cidade e região (11);</li> <li>• Saúde financeira assegura a geração de empregos estáveis diretos e indiretos e o desenv. econômico (8, 10, 11, 16);</li> <li>• Saúde financeira assegura investimento em inovação e novas tecnologias que melhoram a eficiência (9,12);</li> <li>• Promove bem-estar social através de programações socioculturais junto às comunidades do entorno (10,16);</li> <li>• Possui gestão ambiental amparada em indicadores-chave que mitigam os impactos da operação (13, 14, 15);</li> <li>• Realiza transporte de equipamentos da cadeia de energia verde - eólica e solar (7,8,11,13).</li> </ul>
	<b>MERCADO E SOCIEDADE</b> PROMOVER A COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL TRANSPARENTE, AMPLA E EFICAZ OBTER EXCELÊNCIA NO RELACIONAMENTO COM AS PARTES INTERESSADAS POTENCIALIZAR O USO DOS ATIVOS DO PORTO POR MEIO DE NOVAS ALTERNATIVAS DE NEGÓCIO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Adota boas práticas de divulgação e disponibilidade dos processos e resultados da empresa, o que possibilita melhor atendimento das partes interessadas, contribuindo com a integridade dos órgãos governamentais vinculados à CDC (16,17);</li> <li>• Possui uma agenda de atendimento às partes interessadas e canais de comunicação, incluso ouvidoria, contribuindo com a integridade dos órgãos governamentais vinculados à CDC (16,17);</li> <li>• Possui uma agenda de prospecção de clientes que alavancam o negócio, contribuindo com a geração de empregos, a eficiência logística e o desenvolvimento econômico da cidade e da região (8,9,11,12,17)</li> </ul>
	<b>PROCESSOS</b> APRIMORAR E PADRONIZAR OS PROCESSOS E OS INSTRUMENTOS DE GOVERNANÇA, CONTROLE E INTEGRIDADE SER EFICIENTE NA GESTÃO DE SEGURANÇA PORTUÁRIA POTENCIALIZAR A PRODUTIVIDADE OPERACIONAL E MODERNIZAR A INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA PROMOVER A GESTÃO DOS PROCESSOS E ATIVOS DE TIC	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Adota boas práticas de governança, gestão de processos e controle que contribuem para eficiência da empresa e possibilita melhor atendimento das partes interessadas (17);</li> <li>• Investe em infraestrutura de segurança e realiza treinamentos com a guarda portuária, contribuindo para a integridade do negócio e combatendo ilegalidades no transporte de mercadorias (4,16);</li> <li>• Investe em infraestrutura para ganho de produtividade, contribuindo com a geração de empregos, e eficiência logística e o desenvolvimento econômico da cidade e da região (8,9,11,12,17);</li> <li>• Investe em tecnologias de informação que tornam a empresa mais eficiente, segura e competitiva, melhorando a eficiência logística da cidade e da região (9,11,12).</li> </ul>
	<b>APRENDIZADO E CRESCIMENTO</b> DESENVOLVER E RECONHECER COMPETÊNCIAS INTERNAS FOMENTAR A CULTURA ORIENTADA PARA A SATISFAÇÃO DOS COLABORADORES	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reconhece e valoriza os colaboradores através de benefícios de remuneração, incluso pagamento parcial de plano de saúde privado (3,8);</li> <li>• Implementa ações de formação técnica de colaboradores (4);</li> <li>• Realiza palestras junto aos colaboradores sobre saúde, educação ambiental e formação cidadã (3,4,13,14,15,16);</li> <li>• Implementa ações de segurança no trabalho e realiza treinamentos com os colaboradores (3,4,8)</li> </ul>

Fonte: CODPLA - Coordenadoria de Planejamento Estratégico (2025)

Buscando adequar-se às práticas de mercado e aos parâmetros internacionais, em 2024, foi instituído o Comitê ESG da CDC, de formação multidisciplinar, constituído por membros de amplas áreas da Companhia. Para o ano de 2024, foram definidas 18 ações, com percentual de conclusão de 76,7% no período, conforme demonstrado na tabela 5.

As iniciativas compõem ações de estruturação de políticas internas e de diagnóstico dos processos e procedimentos da CDC, além da área de entorno, voltadas aos eixos Ambiental, Social e Governança.

Alinhados ao compromisso da CDC com o eixo porto-cidade, em 2024 foi efetivada a contratação de um estudo sobre o “Contexto Territorial”, objetivando potencializar a estratégia de desenvolvimento da região no entorno do Porto de Fortaleza, abrangendo as áreas do Cais do Porto, Mucuripe e Vicente Pinzón. O planejamento contempla aspectos econômicos, culturais, educacionais e socioambientais das comunidades locais, com o objetivo de estruturar intervenções mais assertivas e eficientes.

O referido estudo consiste em um diagnóstico estruturado, que facilita a compreensão e a análise dos territórios, proporcionando uma visão abrangente e detalhada do contexto local. A citada análise servirá como base para orientar decisões estratégicas. Além disso, o levantamento abrange uma ampla gama de informações, incluindo as partes interessadas envolvidas, indicadores-chave e fatores econômicos, sociais, tecnológicos e ambientais.

No âmbito social, foi instituído, ainda, o Comitê de Diversidade, Equidade e Inclusão, conforme a Portaria nº 149, de 17/07/2024, designado para implementar a Política de Diversidade, Pluralidade e Inclusão da CDC.

### 3. GOVERNANÇA CORPORATIVA

#### 3.1 Atividades desenvolvidas

Sempre orientadas por nossa missão, as atividades desenvolvidas pela Companhia, envolvendo tanto os seus processos finalísticos quanto os gerenciais e de sustentação, tem como principal finalidade a geração de valor para os clientes e usuários de nossos serviços, os demais intervenientes da comunidade portuária e a sociedade como um todo, conforme síntese presente na Cadeia de Valor da CDC:

Figura 4 – Cadeia de Valor da CDC



Fonte: CODPLA - Coordenadoria de Planejamento Estratégico (2025)

A CDC é uma empresa pública que atua de forma especializada na administração e exploração comercial do Porto de Fortaleza, trabalhando para nos consolidarmos cada vez mais como um importante fator de desenvolvimento para o estado do Ceará e para a região Nordeste. Para isso, valoriza e busca, cada vez mais, a profissionalização da gestão, o crescimento da economia, o apoio às indústrias, ao comércio, à geração de riquezas e à geração de emprego e renda.

## 3.2 Informações societárias e governança corporativa

O capital social subscrito e integralizado, está representado por 36.448.641.087 ações, sem valor nominal, sendo 26.912.133.216 ordinárias e 9.536.507.871 preferenciais, ambas as espécies nominativas e de classe única e sem opção de compra. O valor do capital social, em 31 de dezembro de 2024, encontra-se assim distribuído:

Tabela 11 – Controle acionário da CDC

ACIONISTAS	TOTAL	PERCENTUAL	TOTAL EM R\$
GOVERNO FEDERAL	36.430.421.136	99,95%	333.983.789,02
GOVERNO ESTADO CEARÁ	18.204.800	0,05%	166.896,47
PREFEITURA DE FORTALEZA	2.986	0,00%	27,37
PREFEITURA DE MARANGUAPE	2.986	0,00%	27,37
PREFEITURA DE CAUCAIA	2.986	0,00%	27,37
PREFEITURA DE CAMOCIM	3.207	0,00%	29,40
PREFEITURA DE ARACATI	2.986	0,00%	27,37
<b>TOTAL</b>	<b>36.448.641.087</b>	<b>100,00%</b>	<b>334.150.824,37</b>

Fonte: CODFIN - Coordenadoria Financeira (2025)

A estrutura de Governança da CDC dispõe de um sistema que visa o aprimoramento dos processos internos, buscando trazer diretrizes para a efetivação de práticas de governança corporativa que objetivam preservar e otimizar o valor da Companhia, obter melhorias de gestão, administrar conflitos de interesses e avaliar, de forma permanente o propósito da empresa, contribuindo, assim, para o alcance das metas e para a sua sustentabilidade.

A Governança da CDC passa por um processo constante de aprimoramento, visando tornar os processos mais transparentes, confiáveis e consistentes.

Figura 5 - Governança Corporativa



Fonte: CODPLA - Coordenadoria de Planejamento Estratégico (2025)

### 3.3 Estruturas de controles internos e gerenciamento de riscos

A CDC possui formalizada uma Política de Gestão de Riscos e Controles Internos, aprovada pelo Conselho de Administração da empresa, em 30/08/2021, através da Deliberação CONSAD nº 043/2021 e encontra-se disponível no site da Companhia, através do link <http://www.docasdoceara.com.br/governanca-corporativa>.

A Política de Gestão de Riscos e Controle Interno da Companhia Docas do Ceará tem por propósito fornecer diretrizes e estabelecer uma abordagem comum para gerenciar os riscos enfrentados, com vistas à integração da gestão de riscos ao processo de planejamento estratégico e aos seus desdobramentos, às atividades, aos processos de trabalho e aos projetos em todos os níveis relevantes para a execução da estratégia, para o alcance dos objetivos institucionais e para a melhoria contínua de desempenho da CDC.

A gestão de riscos da empresa tem por objetivo:

1. assegurar que os responsáveis pela tomada de decisão, em todos os níveis da CDC, tenham acesso tempestivo a informações suficientes quanto aos riscos aos quais está exposta a instituição;
2. aumentar a probabilidade de alcance dos objetivos da instituição, reduzindo os riscos a níveis aceitáveis; e
3. agregar valor à instituição por meio da melhoria dos processos de tomada de decisão e do tratamento adequado dos riscos e dos impactos negativos decorrentes de sua materialização.

No processo de avaliação de riscos, são consideradas as seguintes categorias de riscos:

1. Risco Estratégico;
2. Risco de Processos ou Projetos;
3. Risco de Integridade ou Conformidade.

A CDC tem, continuamente, aprimorado suas estruturas e processos de gestão de riscos corporativos, abordando as incertezas e tendo como norte a sua Política de Gestão de Riscos, a qual institui diretrizes, competências e uma linguagem comum para o gerenciamento de riscos corporativos. O ambiente de controles internos vem se aprimorando, além da conformidade às normas, aos requisitos legais e às regulações pertinentes, o que vem, paulatinamente, incorporando-se ao cotidiano da Companhia.

A Companhia vem destinando esforços para aumentar sua maturidade a risco, compreendendo em mais detalhes os riscos a que está exposta e tratando-os de acordo com seu apetite, seguindo guias de boas práticas reconhecidas como o COSO ERM (*“The Comitê of Sponsoring Organizations”* ou *“Comitê das Organizações Patrocinadoras”* / *“Integrating with Strategy and Performance”* ou *Integração com a Estratégia e com a Performance*). O COSO é uma organização que visa a avaliação de riscos e a prevenção de fraudes, dentro de empresas. Para o COSO ERM o principal ponto dentro do Gerenciamento de Riscos Empresariais é entender que os riscos podem ser prevenidos. Seu trabalho se baseia em três setores: gerenciamento de riscos empresariais, controle interno e dissuasão de fraudes, e existe a possibilidade de obter certificações desse comitê. Além da Política de Gestão de Riscos e Controles Internos, a gestão de riscos utiliza-se do seu Guia de Gerenciamento de Risco da CDC que consiste em um material referencial de apoio aos gestores da CDC, primeira linha, haja vista serem os responsáveis pelos controles incorporados aos sistemas e processos de trabalho que são executados sob sua responsabilidade.

A CDC possui estruturas e mecanismos de controle para monitorar suas atividades, zelando pela transparência, completude e exatidão das suas informações, além da eficiência operacional e atingimento dos objetivos.

Na temática de riscos de integridade, destaca-se a incorporação de ações de controles no Programa de Integridade da empresa. Algumas destas ações são identificadas no gerenciamento de riscos, e consistem em campanhas relacionadas à integridade, criação de ferramentas de combate à fraude e corrupção, dentre outras medidas.

A CDC, em sua gestão da integridade, adota os EIXOS de integridade previstos no Referencial de Combate à Fraude e Corrupção do Tribunal de Contas da União (TCU), que consistem nos pilares de

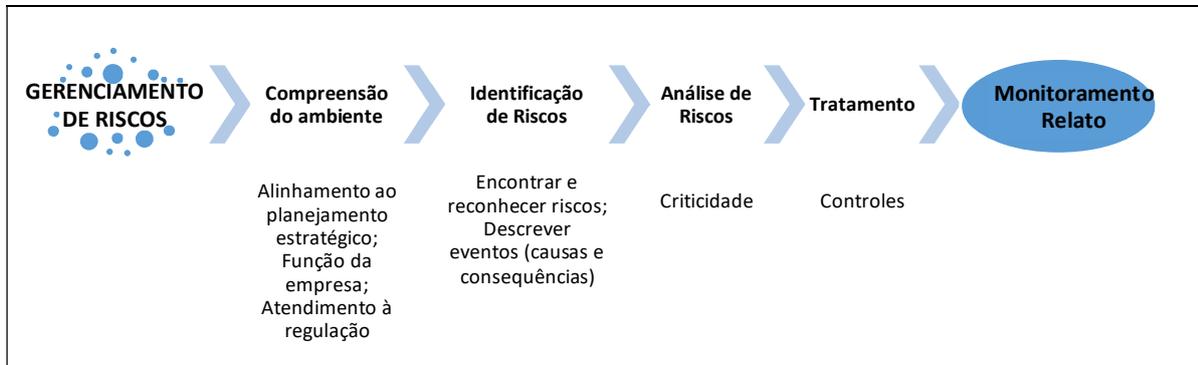
prevenção, detecção, investigação, correção e monitoramento, onde são estruturadas as ações para o combate dos desvios e as ações previstas no programa também atendem às diretrizes do Sistema de gestão de integridade previstas pela Controladoria Geral da União (CGU) no Guia de Implantação de Programas de Integridade nas Empresas Estatais.

O Programa de Integridade, com suas atualizações, pode ser consultado no site da empresa, através do link <http://www.docasdoceara.com.br/integridade>.

Já o Código de Conduta e Integridade da empresa, que se encontra disponível através do link <http://www.docasdoceara.com.br/codigo-de-etica>, apresenta princípios éticos que consolidam os valores organizacionais e se destina a orientar o comportamento de todos os membros da Companhia e demais grupos de interesse relacionados à empresa, considerando a legislação pertinente e contribuindo para a resolução de eventuais conflitos de interesses.

As fases do processo de gestão de riscos consistem na compreensão do ambiente no qual a CDC opera, com o devido alinhamento aos objetivos estratégicos, função da empresa e atendimento à regulação, para, ato seguinte, proceder à identificação de riscos que consiste em encontrar, reconhecer e descrever eventos que possam impedir que a empresa alcance seus objetivos.

Figura 6 – Processo de Gestão de Riscos



Fonte: CODCON - Coordenadoria de Controle (2025)

Nesse contexto, é importante registrar o papel dos atores no processo de gerenciamento de riscos da CDC, em consonância com a sua Política de Gestão de Riscos e Controles Internos. Vejamos algumas destas atribuições:

Figura 7 – Atribuições na Gestão de Riscos

<b>Diretoria Executiva</b>	<b>Equipe de Riscos</b>	<b>Proprietário de riscos</b>
<p><b>Avalia as respostas e as respectivas medidas de controle a serem implementadas nos processos.</b></p>	<p><b>Auxilia na definição dos proprietários de riscos dos processos institucionais e na aprovação das respostas e das respectivas medidas de controle a serem implementadas nos processos.</b></p>	<p><b>Identifica, analisa e avalia os riscos dos processos sob sua responsabilidade; Propõe respostas e respectivas medidas de controle a serem implementadas.</b></p>

Fonte: CODCON - Coordenadoria de Controle (2025)

A CDC possui uma estrutura integrada de gerenciamento de riscos e controles internos, exercida a partir da lógica das três linhas do IIA 2020, proposto pelo *The Institute of Internal Auditors*.

A primeira linha é realizada pelos gestores das unidades que são os responsáveis diretos pelos processos e têm a responsabilidade sobre os riscos. Já a segunda linha é realizada pela Coordenadoria de Controle (CODCON), com auxílio do Comitê de Gestão de Riscos, da Comissão de Ética e da Comissão de Correição, e contempla as funções que monitoram de forma integrada a gestão de riscos e controle interno. Por último, a terceira linha é realizada pela auditoria interna, que oferece avaliações independentes.

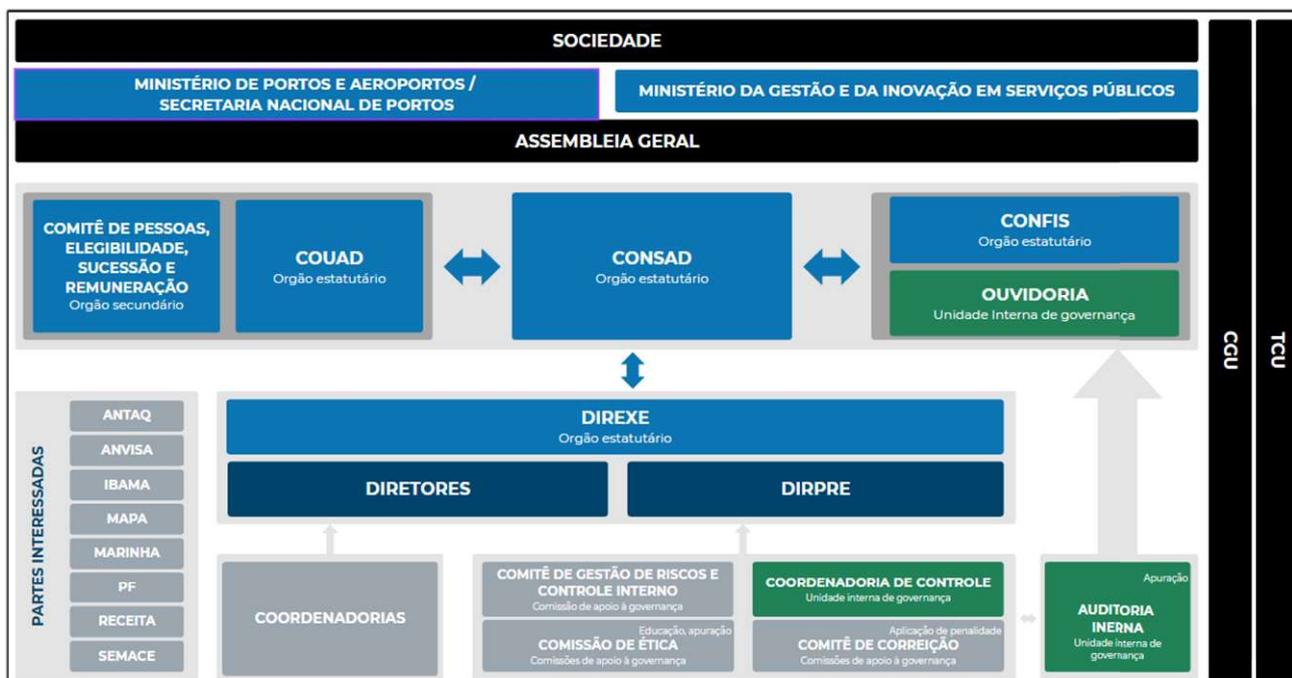
O Comitê de Gerenciamento de Riscos da CDC possui, como atribuição, em apoio à Coordenadoria de Controle, facilitar a implementação do processo e da cultura de Gestão de Riscos na Companhia, promovendo a educação das áreas de negócios com relação à importância da identificação, tratamento e monitoramento preventivo de riscos do negócio, riscos estratégicos e riscos à integridade da empresa.

Além da gestão, o controle e fiscalização são exercidos pelo Conselho de Administração (CONSAD) e pelo Conselho fiscal (CONFIS), além de Comitê de Auditoria Estatutário (COAUD), de Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração, Ouvidoria, auditoria externa independente trimestral, os quais visam aferir a adequação do controle interno, da correição e da efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança. Existem, ainda, as estruturas externas, como a Controladoria Geral da União (CGU), Tribunal de Contas da União (TCU), Ministério Supervisor e Agência Reguladora, que realizam controle e fiscalização sobre as atividades da CDC.

A existência e o funcionamento das estruturas de controle encontram-se melhor detalhados no sítio eletrônico da Companhia: <http://www.docasdoceara.com.br/governanca-corporativa>.

A estrutura abaixo representada compreende o sistema de Governança da CDC, que visa sistematizar o processo decisório da empresa com mecanismos de controle interno eficientes e gestão transparente e eficaz:

Figura 8 – Sistema de Governança da CDC



Fonte: CODCON - Coordenadoria de Controle (2025)

Não houve alterações na Política de Gestão de Riscos e Controles Internos em 2024. Já em relação aos riscos de integridade os mesmos foram atualizados em 2024. No final do exercício de 2024, a CDC contava, ao todo, com 101.

A Declaração de Apetite a Riscos da CDC apresenta as quantidades e os limites toleráveis de riscos que a empresa está disposta a suportar, contendo as diretrizes gerais de apetite a riscos e eventuais tolerâncias como forma de gerenciar os riscos que possam comprometer o atingimento dos objetivos da empresa.

A Companhia também revisou sua declaração de apetite a riscos, que pode ser visualizada através do link: <http://www.docasdoceara.com.br/governanca-corporativa>, no item referente a gestão de riscos.

Com a nova metodologia de apetite, coube à área de riscos o acompanhamento periódico dos riscos com nível de criticidade altos/extremos, com verificação da implementação dos planos de ação de controle previstos e ainda não implantados, com posterior reporte dos resultados à Alta Administração.

No exercício de 2024, a equipe de riscos da CDC realizou proposição de indicadores de gestão de riscos, que tem como objetivo definir indicadores para acompanhar o funcionamento das medidas implementadas quanto à gestão dos riscos e controles na organização. Tais indicadores permitem o acompanhamento dos controles relacionados aos riscos (existentes e implantados), nível de criticidade do risco, etc.

Em relação aos controles adotados na elaboração das demonstrações financeiras, temos que as mesmas seguem as normas contábeis aplicáveis, sendo observadas as regras de escrituração e elaboração contidas na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e nas normas da Comissão de Valores Mobiliários. As demonstrações financeiras são elaboradas trimestralmente e divulgadas em sítio eletrônico e são auditadas por auditoria independente, através de auditor com registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Já em relação à atuação do Comitê de Auditoria (COAUD), órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, cabe, dentre outras atribuições, a supervisão da elaboração das demonstrações financeiras, com monitoramento periódico da qualidade destas demonstrações, dos controles internos, da conformidade, do gerenciamento de riscos e das auditorias interna e independente. O Comitê também emite relatório anual com informações sobre as atividades, os resultados, as conclusões e suas recomendações, registrando, se houver, as divergências significativas entre administração, auditoria independente e o próprio Comitê de Auditoria Estatutário, em relação às demonstrações financeiras. O Comitê de Auditoria Estatutário opina sobre a contratação e destituição de auditor independente, supervisiona suas atividades, avalia sua independência, a qualidade dos serviços prestados e a adequação de tais serviços às necessidades da empresa.

As atas do referido Comitê, bem como sua composição, estão disponíveis no sítio eletrônico <http://www.docasdoceara.com.br/comite-de-auditoria>.

A CDC procedeu com a padronização do canal de denúncias que são direcionadas ao Comitê de Auditoria Estatutário (COAUD). A padronização, além de orientar a formulação de denúncia ao COAUD, também aperfeiçoa a Governança, estando em conformidade com a Lei 13.303/2016, art. 24, § 2º e com o Decreto 8.945/2016, art. 38, §2º. A padronização do canal pode ser verificada através do link: <http://www.docasdoceara.com.br/comite-de-auditoria>.

Uma vez havendo recomendações, seja pelo Comitê de Auditoria, Auditoria Interna ou Externa ou pelo Conselho Fiscal, a CDC adota todas as providências cabíveis para restar em consonância com as melhores práticas contábeis, fazendo os registros contábeis pertinentes.

Outro mecanismo de controle utilizado é a avaliação dos controles internos e da confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e

transações, visando o preparo de demonstrações financeiras realizado pela Auditoria Interna da empresa.

Os Conselhos de Administração e Fiscal analisam, periodicamente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas pela Companhia, sem contar com a atuação do Conselho Fiscal que, inclusive, opina sobre o relatório anual da administração e sobre as demonstrações financeiras. No decorrer do exercício, em seu mister de fiscalização, o Conselho Fiscal faz recomendações quanto aos registros contábeis, sendo assessorado, ainda, por empresa de assessoria contábil contratada pela CDC.

As atas dos referidos Conselhos, bem como sua composição estão disponíveis nos sítios eletrônicos <http://www.docasdoceara.com.br/conselho-administracao> e <http://www.docasdoceara.com.br/conselho-fiscal>.

### **3.4. Fatores de risco**

Em 2024, em conformidade com o cronograma de ações previsto no Plano de Gestão de Riscos da CDC e no Programa de Integridade, ambos referentes ao mesmo ano, a equipe de gestão de riscos procedeu à revisão dos riscos de integridade da Companhia.

As principais alterações realizadas foram:

- Inserção de novas ações de controle voltadas à mitigação dos riscos. Algumas dessas ações estavam previstas no Programa de Integridade de 2024, enquanto outras foram propostas aos setores pelo Comitê de Riscos;
- Atualização das causas e consequências associadas a determinados riscos;
- Alteração da nomenclatura do risco “Contratação sem competitividade e sem isonomia entre licitantes” para “Contratações antieconômicas”;
- Alteração da nomenclatura do risco “Ocorrência de condutas que ensejam assédio moral” para “Assédio”;
- Mapeamento de um novo risco intitulado “Descumprimento da Lei de Acesso à Informação – LAI (transparência ativa/site)”, resultante do desmembramento do risco “Uso indevido de dados/informações”, com o objetivo de permitir melhor alocação das informações e das ações de controle correspondentes.

Destaca-se que algumas ações previstas foram concluídas pelas áreas responsáveis pela integridade, incluindo a elaboração e publicação de normativos que contribuem diretamente para

a mitigação dos riscos identificados.

Cabe ressaltar que, para todos os fatores de risco mapeados, há controles implantados ou em fase de implantação, e os riscos identificados decorrem de análises atualizadas, refletindo o compromisso contínuo da Companhia com a integridade e a boa governança.

### 3.5. Dados econômico-financeiros e comentários sobre o desempenho

O Desempenho Econômico-Financeiro da CDC em 2024 demonstra que a empresa segue focada na manutenção do equilíbrio financeiro, mantendo-se firme na consolidação da sua sustentabilidade econômica, envidando os melhores esforços da Diretoria Executiva e dos Conselhos de Administração e Fiscal em favor de uma gestão técnica e financeiramente sustentável, visando ao controle e à otimização de receitas e despesas, sem prejuízo à qualidade dos serviços prestados.

É importante contextualizar o panorama econômico em que esses resultados foram alcançados. A prévia do PIB mundial de 2024 aponta o mesmo percentual em relação a 2023, mas ainda se verifica uma alta inflação, causada pelo aumento das demandas e preços de *commodities*. Outro elemento que deve ser citado para caracterizar o panorama econômico em que os resultados financeiros foram alcançados é o aumento global do valor do frete marítimo, assim como o alto valor do dólar, em relação ao real, no período de 2024. Por fim, é importante citar que a taxa Selic permaneceu elevada, durante todo o exercício de 2024 e, com aumentos consecutivos ocorridos no exercício, a mesma encerrou o ano em 11,25%.

A fim de ilustrar os resultados financeiros alcançados, destaca-se a performance do indicador EBITDA ajustado, que resultou em R\$ 10,23 milhões, acumulado em 2024.

Tabela 12 – Evolução do indicador EBITDA ajustado da CDC- 2020-2024

EVOLUÇÃO DO EBITDA AJUSTADO (ANO por R\$ MIL)								
ANO	2020	2021	2022	2023	2024	Δ 24/20%	Δ 23/20%	Δ 24/23%
R\$ (mil)	14.994	9.387	25.680	25.558	10.233	-31,75%	70,45%	-59,96%

Fonte: CODFIN – Coordenadoria de Finanças (2025)

O EBITDA é o melhor indicador para atestar o desempenho financeiro (receitas x despesas) da Companhia, pois não são considerados, na apuração do referido indicador, os valores referentes aos juros, variações monetárias, impostos, depreciação e amortização e, no caso do EBITDA ajustado,

não são evidenciados os valores advindos da perda de capital e da redução ao valor recuperável de ativos (teste de *Impairment*).

O valor positivo desse indicador atesta a capacidade operacional da CDC de gerar receitas para honrar seus compromissos, comprovando a boa saúde financeira da empresa ao longo do exercício encerrado.

A aparente queda do indicador EBITDA ajustado é explicada pela ocorrência de fatores extraordinários ocorridos nos exercícios de 2022 e 2023, que impactaram os respectivos resultados, por exemplo a reversão do IRPJ diferido do processo do ISS em 2022 e o lançamento de outras receitas do processo De Francesco em 2023. Não foram registradas receitas atípicas no exercício de 2024 e mesmo assim o resultado do indicador EBITDA apresentou bom desempenho.

A Receita Operacional Líquida, no exercício, totalizou o expressivo montante de R\$ 87.335 (mil). Destacam-se três elementos que contribuíram para tal número: aumento na receita de prestação de serviços de utilização das instalações de acostagem executados pela Companhia, que variou 17,23%, os serviços de utilização de infraestrutura terrestre, que resultou em um aumento de 25,23% e os serviços de utilização de infraestrutura de proteção e acesso aquaviário, que resultou em um aumento de 14,99%.

Em relação ao Resultado Econômico de 2024, o valor do exercício foi de R\$ 14.398 (mil), tendo a CDC, com esse resultado, aumentado sua Reserva Legal, no valor de R\$ 941 (mil), em atendimento ao artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, pois a Companhia deve transferir, antes de qualquer destinação, 5% do lucro líquido anual para reserva legal até que o seu valor seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos.

Em 2024, a Companhia esteve focada na melhor utilização dos recursos, superando positivamente o resultado alcançado frente ao planejado, evidenciando o empenho da gestão. A comparação do exercício de 2024 e a série histórica também evidenciam os resultados da gestão financeira nos últimos anos, conforme tabela a seguir:

Tabela 13 – Demonstrações de Resultado CDC 2020 a 2024

DISCRIMINAÇÃO (ANO por R\$ MIL)						
DISCRIMINAÇÃO	2020	2021	2022	2023	2024	Δ 24/23%
RECEITAS	50.935	55.615	61.135	75.642	87.335	15,46%
CUSTOS DOS SERVIÇOS	-39.399	-39.275	-39.445	-44.518	-43.894	-1,40%
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>11.536</b>	<b>16.339</b>	<b>21.690</b>	<b>31.124</b>	<b>43.441</b>	<b>39,57%</b>

DISCRIMINAÇÃO (ANO por R\$ MIL)						
DISCRIMINAÇÃO	2020	2021	2022	2023	2024	Δ 24/23%
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS	-10.057	-16.239	51.087	-8.089	-29.649	266,53%
DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	-25.840	-26.671	-29.463	-42.245	-40.783	-3,46%
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	18.703	15.709	80.550	34.156	11.134	-67,40%
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	-2.920	-5.277	0,00	0,00	0,00	0%
GANHOS E PERDA DE CAPITAL	0	0	0	0	0	0%
<b>RESULTADO OPERACIONAL ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS</b>	<b>1.479</b>	<b>100</b>	<b>72.778</b>	<b>23.035</b>	<b>13.792</b>	<b>-40,13%</b>
RECEITAS FINANCEIRAS	1.660	848	4.485	7.130	6.020	-15,57%
DESPESAS FINANCEIRAS	-3.183	-5.683	-5.462	-4.563	-4.488	-1,64%
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO</b>	<b>-44</b>	<b>-4.735</b>	<b>71.800</b>	<b>25.602</b>	<b>15.324</b>	<b>-40,15%</b>
PROVISÃO PARA IR E CSLL	-	-	-17.944	11.017	-926	-108,41%
IMPOSTOS DIFERIDOS	-	-	-17.944	-1.535	-800	-47,88%
CSLL CORRENTE	-	-	-	-642	-126	-80,37%
DESPESAS COM TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	-	-	-	13.194	1	-100%
<b>LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>-44</b>	<b>-4.735</b>	<b>53.856</b>	<b>36.619</b>	<b>14.398</b>	<b>-60,68%</b>

Fonte: CODFIN - Coordenadoria de Finanças (2025)

As despesas com pessoal e encargos no exercício de 2024 totalizaram o montante de R\$ 31.016 (mil), representando um aumento de 20,29%, em relação ao exercício de 2023. O reajuste salarial do período e a contração dos novos guardas portuários, bem como o pagamento da participação dos lucros aos empregados (PLR), contribuiu para esse aumento.

As despesas com serviços de terceiros somaram R\$ 30.825 (mil), apresentando um aumento de 2,13%, em comparação com o exercício de 2023. Essa variação foi decorrente, principalmente, do aumento das seguintes despesas: serviço de segurança e vigilância patrimonial e serviços de informática.

As outras despesas alcançaram o valor de R\$ 32.580 (mil), representando um aumento de 13,67%, em comparação a 2023. Destaca-se o registro dos tributos diferidos referente aos processos judiciais que a CDC obteve êxito e as despesas atuariais referente ao PORTUS.

Tabela 14 – Comportamento das despesas 2024 X 2023

DESCRIÇÃO DA DESPESA (R\$ MIL)	2023	2024	Δ 24/23 %	PARTICIPAÇÃO NA DESPESA TOTAL – 2024 (%)	COMPROMETIMENTO DA RECEITA X DESP TOTAL (%)
PESSOAL E ENCARGOS	25.785	31.016	20,29	32,85	27,63
SERVIÇOS DE TERCEIROS	30.182	30.825	2,13	32,65	27,46
OUTRAS DESPESAS	28.661	32.580	13,67	34,51	29,02
<b>DESPESA TOTAL</b>	<b>84.628</b>	<b>94.421</b>	<b>11,57</b>	<b>100</b>	<b>84,10</b>

Fonte: CODFIN - Coordenadoria de Finanças (2025)

Outro importante indicador financeiro é o Balanço Patrimonial da CDC, o qual teve uma variação expressiva de 10,41% no Ativo Circulante. Essa variação deve-se ao aumento das receitas e à compensação de tributos, bem como ao aumento das receitas patrimoniais, impactando positivamente nas disponibilidades da Companhia no exercício de 2024.

Tabela 15 - Balanço Patrimonial Resumido 2024 X 2023

BALANÇO PATRIMONIAL (RESUMIDO) - VALORES EM R\$ MIL			
DESCRIÇÃO	2023	2024	Δ 24/23 (%)
<b>1 - ATIVO</b>	<b>444.054</b>	<b>459.221</b>	<b>3,42%</b>
1.1 - ATIVO CIRCULANTE	63.940	70.587	10,40%
1.2 - ATIVO NÃO CIRCULANTE	378.878	387.397	2,25%
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	117.417	135.211	15,15%
INVESTIMENTOS	29	4	-86,21%
IMOBILIZADO	261.078	252.012	-3,47%
INTANGÍVEL	354	170	-51,98%
1.3 - ATIVO COMPENSADO	1.237	1.237	0%
<b>2 - PASSIVO</b>	<b>444.054</b>	<b>459.221</b>	<b>3,42%</b>
2.1 - PASSIVO CIRCULANTE	23.569	23.481	-0,37%
FORNECEDORES	1.869	2.477	32,53%
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	3.973	3.271	-17,67%
OBRIGAÇÕES FISCAIS/PREVIDENCIÁRIAS	1.967	2.022	2,80%
PORTUS - RTSA	630	729	15,71%
PORTUS – Termo de Compromisso Financeiro	1.829	2.008	9,79%
PROVISÕES	2.082	2.203	5,81%
CREDORES DIVERSOS	4.882	5.243	7,39%
DIVIDENDOS A PAGAR	5.667	4.469	-21,14
DEPÓSITOS CONTRIBUIÇÕES E CONSIGNAÇÕES	267	517	93,63%
CONVÊNIOS	14	14	0%
AÇÕES JUDICIAIS	345	484	40,29%
RECEITAS DIFERIDAS	44	44	0%
2.2 - PASSIVO NÃO CIRCULANTE	62.759	58.198	-7,27
OBRIGAÇÕES FISCAIS/PREV. EM LONGO PRAZO	9.865	11.521	16,79%

PORTUS - RTSA	1.055	509	-51,75%
CRÉDITO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	5.257	5.829	10,88%
PORTUS – TERMO DE COMPROMISSO FINANCEIRO	24.728	23.930	-3,23
PORTUS – PASSIVO ATUARIAL	12.577	7.176	-42,94
RECEITAS DIFERIDAS	9.277	9.233	-0,47
<b>2.3 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>356.489</b>	<b>376.305</b>	<b>5,56%</b>
<b>2.4 – PASSIVO COMPENSADO</b>	<b>1.237</b>	<b>1.237</b>	<b>0%</b>

Fonte: CODFIN – Coordenadoria de Finanças (2025)

O endividamento de curto prazo da Companhia se manteve estável, principalmente, pelas obrigações fiscais e previdenciárias, nas quais destacamos o TCF (Termo de Compromisso Financeiro) e o RTSA (Reserva de Tempo de Serviço Anterior), assinados com o PORTUS.

Ante todo o exposto e, em resumo, verifica-se uma melhora na eficiência operacional, no que diz respeito à geração de caixa da CDC, além da melhora dos indicadores, em especial o indicador de Liquidez Corrente, que em 2024 apresentou resultado de 3,01, atestando, assim, a capacidade que a Companhia tem de honrar seus compromissos de curto prazo.

Tabela 16 – Indicadores econômico-financeiros 2024 x 2023

INDICADORES DE EFETIVIDADE				
INDICADOR	UNID/REF	ACUMULADO 2024	ACUMULADO 2023	Δ 24/23%
RETORNO DE CAPITAL	i / 100	0,038	0,101	-62,38%
EFICIÊNCIA OPERACIONAL	% / <60%	44,86	34,09	31,59%
EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA	% / <30%	33,63	36,40	-7,61%
LIQUIDEZ CORRENTE	i / 1,00	3,01	3,57	-15,69%
LIQUIDEZ GERAL	i / 1,00	2,52	2,25	12%
COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO	% / <30%	28,75	22,19	29,56%

Fonte: CODFIN - Coordenadoria de Finanças (2025)

### 3.6. Políticas e práticas de governança corporativa

A CDC possui Política de Governança aprovada em 2020 e revisada em 2022. Além disso, conta com instrumentos afins, tais como:

- Política de Gestão de Riscos e Controles Internos;
- Política de Gestão da Integridade;
- Código de Conduta Ética e Integridade Profissional;

- Política de Divulgação de Informações;
- Política de Transação com partes relacionadas;
- Política de Porta Vozes;
- Política de Nomeações;
- Regulamento Interno de Pessoal;
- Regulamento Interno de Licitações e Contratos;

Em 2024, foram aprovados e/ou atualizados os seguintes normativos:

- Regulamento Interno de Auditoria Interna;
- Manual de Auditoria;
- Política de Gestão de Integridade;
- Código de Conduta Ética e Integridade Profissional;
- Declaração de Appetite a Riscos;
- Regulamento Interno da Guarda Portuária
- Norma de Utilização de Equipamentos e Veículos;
- Norma de Faturamento e Contas a receber
- Normativo de Controle de bens;
- Manual de verificação de integridade em nomeações de cargos comissionados e funções de confiança;
- Política de Proteção ao denunciante e não retaliação;
- Regimento Interno de Ouvidoria.

A Companhia conta com várias instâncias internas de Governança, tais como: Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria, Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração; Coordenadoria de Controle; Auditoria Interna; Ouvidoria; Coordenadoria de Planejamento Estratégico; Comissão de Ética e de Correição.

A CDC vem, continuamente, aperfeiçoando seu sistema de governança, estando adequado à Lei nº 13.303/2016 e às Resoluções CGPAR. Também, vem sendo adotadas, paulatinamente, boas práticas de governança corporativa que são disseminadas, dentre outros meios, através das Diretrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), melhorando, assim, o nível de governança nos processos da empresa.

O programa de integridade da empresa é uma importante ferramenta de governança e visa combate a atos de fraude e corrupção. Através do referido Programa, estão sendo fomentadas ações para ressaltar os valores da empresa que, dentre outros, são a Ética, a Transparência e a Integridade.

Maiores detalhamentos podem ser acessados nos Relatórios de integridade disponíveis no sítio eletrônico <http://www.docasdoceara.com.br/integridade>.

Nos anos de 2023 e 2024, não foram realizados ciclos de apuração referentes à certificação no Indicador de Governança das Estatais Federais (IG-SEST), conduzido pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (SEST/MGI). Ressalta-se que a realização da referida avaliação está prevista para o exercício de 2025.

Também se destaca o bom desempenho da Companhia na seara da transparência, haja vista que finalizou o ano de 2024 no 1º lugar no ranking de transparência ativa, tendo cumprido todos os quesitos exigidos pela Controladoria Geral da União (CGU).

Os documentos de governança estão disponíveis no site da Companhia Docas do Ceará.

### **3.7. Descrição da composição e da remuneração da administração**

Conforme disposto no Estatuto Social da CDC, em seu art. 33, compete à Assembleia Geral fixar a remuneração dos membros Estatutários e, quando aplicável, dos demais comitês de assessoramento, nos termos da legislação vigente, sendo vedado o pagamento de qualquer forma de remuneração não prevista em Assembleia Geral.

A remuneração total engloba remuneração fixa, remuneração variável e benefícios, aprovados previamente pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI).

A Companhia adota o Honorário Variável Mensal (HVM), parcela do honorário mensal paga por trimestre; o HVM é ponderado pelo cumprimento das metas pela Diretoria Executiva, estabelecidas pela Secretaria Nacional de Portos (SNP).

A Companhia dá publicidade da remuneração de seus dirigentes no site da CDC.

Tabela 17 - Remuneração dos Administradores e Conselheiros Fiscais

REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, CONSELHEIROS FISCAIS E COMITÊ DE AUDITORIA							
Valores realizados no período de abril/2024 a mar/2025 conforme aprovados em Assembleia Geral							
DIRETORIA EXECUTIVA							
		Remuneração fixa (R\$)	Remuneração Variável (R\$)	Remuneração e Gratificação de Férias (R\$)	Gratificação Natalina (R\$)	Benefícios (R\$)	Quarentena (R\$)
Lucio Ferreira Gomes	Presidente	260.055,24	77.924,07	9.270,28	28.032,46	22.958,88	-
Urbano Costa Lima Filho	Diretor de Infraestrutura	244.757,88	73.340,25	8.741,3	26.383,49	22.958,88	-
Ivo Novais Dias Montenegro	Diretor Adm. e Financeiro	244.757,88	73.340,25	8.741,3	26.383,49	22.958,88	-
José Pereira Campos Junior	Diretor Comercial	244.757,88	73.340,25	8.741,3	26.383,49	22.958,88	-
		<b>994.328,88</b>	<b>297.944,82</b>	<b>35.494,18</b>	<b>107.182,93</b>	<b>91.835,52</b>	<b>0,00</b>
							<b>1.526.786,33</b>
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO							
Fabio Lavor Teixeira	Presidente	35.047,80					
Bruno Iughetti	Membro	35.047,80					
Marlos Costa de Andrade	Membro	35.047,80					
Carlos Murilo de Azevedo Pires	Membro	35.047,80					
Janira Tripodi Borja	Membro	35.047,80					
Maria Gorete Pereira	Membro	23.365,20					
		<b>198.604,20</b>					
							<b>198.604,20</b>
							<b>REMUNERAÇÃO TOTAL DOS ADMINISTRADORES (R\$) 1.725.390,53</b>
CONSELHO FISCAL							
Rita de Cássia Vandanezi Munk	Presidente	2.920,65					
Jhon Clayton da Silva Ribeiro	Presidente	32.127,15					
Lucas alberto Vissoto Junior	Membro	35.047,80					
Ivo Cordeiro Pinho Timbó	Membro	35.047,80					
		<b>105.143,40</b>					
							<b>REMUNERAÇÃO TOTAL CONSELHO FISCAL (R\$) 105.143,40</b>
COMITÊ DE AUDITORIA							
Romana Pires Freire França	Membro	35.047,80					
Maurício Augusto Souza Lopes	Membro	35.047,80					
		<b>70.095,60</b>					
							<b>REMUNERAÇÃO TOTAL COMITÊ DE AUDITORIA (R\$) 70.095,60</b>
* Consideram-se benefícios os valores de aux alimentação, plano de saúde e seguro de vida.							

Fonte: CODREH – Coordenadoria de Recursos Humanos (2025)

No exercício de 2024, a Companhia Docas do Ceará propôs o Programa de Remuneração Variável (RVA) dos membros da sua Diretoria Executiva, que foi aprovado pelo Conselho de Administração, por meio da Deliberação nº 18/2024, de 25/04/2024, tendo o citado programa sido alterado, considerando as recomendações da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) contidas no ofício SEI nº 156606/2024 MGI e na Nota Técnica nº 46312/2024/MGI, e novamente aprovado pelo CONSAD, por meio da Deliberação nº 20/2025, de 17/03/2025.

Considerando as especificações do parágrafo 5º do art. 37 do Decreto nº 8.945/2016, o Programa tem como objetivo promover a implementação da estratégia da empresa e o atingimento dos resultados desejados, através da vinculação de parcela acrescida à remuneração anual dos membros da Diretoria Executiva da Companhia, considerando o seu desempenho e, ainda, a responsabilidade, o tempo dedicado à função, a competência e reputação profissional dos seus diretores. Para tal, conta com os seguintes indicadores:

Tabela 18 – Indicadores e metas do programa de Remuneração Variável de 2024 da CDC

Dimensões	Indicador	Fórmula de Cálculo	Meta	Un.	Peso
Econômico Financeiro	EBTIDA	Resultado antes IR- Amortização - Depreciação - Variações monetárias - outros custos	15.790	R\$ mil	10%
	Eficiência Administrativa	(Despesa administrativa - Despesa com pessoal / Receita operacional líquida) *100	30,76	%	5%
	Execução dos investimentos previstos na LOA 2024	(Valor Executado LOA 2024 / Valor Aprovado LOA 2024)*100	25	%	10%
	Eficiência Operacional	(Despesa total com pessoal / receita operacional líquida) *100	46	%	5%
Políticas Públicas	Movimentação de cargas	(Total movimentado no período - Total movimentado no período anterior / Total movimentado no período anterior) *100	4,01	%	25%
	Varição do Índice de Desempenho Ambiental (IDA)	(Última pontuação auferida do IDA – penúltima pontuação do IDA)/penúltima pontuação do IDA*100	1,16	%	25%
Governança Corporativa	Melhoria no Índice de Gestão das Autoridades Portuárias (IGAP)	(IGAP do ano corrente - IGAP do ano anterior/IGAP do ano anterior)*100	1,31	%	15%
	Indicador de Conformidade Sest (IC-Sest)	Pontuação recebida	900	Pontos	5%

Fonte: CODPLA – Coordenadoria de Planejamento Estratégico (2024)

Atualmente o atingimento das metas do programa e de seus gatilhos de acionamento encontram-se em processo de avaliação pela Companhia.

### 3.8. Inovações em governança corporativa

Em 2024, a Companhia seguiu com a estratégia de mapeamento, diagnóstico e melhoria de processos de governança, tendo alcançado avanços na gestão de conformidades, sendo possível registrar melhorias em diversas áreas e processos, gerando ganhos de ordem financeira e redução de riscos à integridade, conforme listados a seguir:

- **Reunião de Monitoramento de Resultado:** análise aprofundada dos indicadores estratégicos e acompanhamento mensal do desempenho da Companhia, garantindo um monitoramento mais eficaz e orientado para a tomada de decisões;
- **Escritório de Projetos** com o apoio ao planejamento e ao gerenciamento dos projetos estratégicos da Companhia, utilizando as boas práticas em metodologia de gestão de projetos (PMBOK/BPMN);
- **Comitê ESG:** realização de reuniões semanais de acompanhamento das ações e dos projetos estratégicos relacionados aos temas Meio Ambiente, Governança e Responsabilidade Social.